

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

SARA FERNANDA ZAN

**O OFÍCIO DA PARTURIÇÃO E O CUIDADO DO CORPO FEMININO: ESTUDO A
PARTIR DE UM MANUAL DE PARTO DO RIO DE JANEIRO IMPERIAL**

Rio de Janeiro
2022

SARA FERNANDA ZAN

**O OFÍCIO DA PARTURIÇÃO E O CUIDADO DO CORPO FEMININO:
ESTUDO A PARTIR DE UM MANUAL DE PARTO DO RIO DE JANEIRO
IMPERIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Maria Rachel Fróes da Fonseca

Rio de Janeiro
2022

SARA FERNANDA ZAN

**O OFÍCIO DA PARTURIÇÃO E O CUIDADO DO CORPO FEMININO:
ESTUDO A PARTIR DE UM MANUAL DE PARTO DO RIO DE JANEIRO
IMPERIAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Rachel Fróes da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Profa. Dra. Maria Renilda Nery Barreto (Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE); Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais / Cefet/RJ)

Profa. Dra. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

SUPLENTE

Prof. Dr. Alex Gonçalves Varela (Depto. de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UERJ)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Rio de Janeiro
2022

Ficha catalográfica

Z27o Zan, Sara Fernanda.

O ofício da parturição e o cuidado do corpo feminino: estudo a partir de um manual de parto do Rio de Janeiro Imperial / Sara Fernanda Zan; orientada por Maria Rachel Fróes da Fonseca. – Rio de Janeiro: s.n., 2022. 87 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

Bibliografia: 78-87f.

1. Tocologia. 2. Parto. 3. Mulheres. 4. História do Século XIX. 5. Brasil.

CDD 362.1

AGRADECIMENTOS

A elaboração e conclusão da dissertação foram processos desafiadores considerando a pandemia e crise sanitária. A experiência do mestrado de forma remota teria sido solitária caso não tivesse a presença – mesmo que virtual – de várias pessoas importantes a quem direciono meus agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora Maria Rachel Fróes da Fonseca, por todo suporte e paciência, por toda dedicação e contribuição, também pelos incentivos e ensinamentos tão essenciais nessa trajetória que ajudaram a me aperfeiçoar e melhorar como pesquisadora.

As professoras que aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação, Tânia Salgado Pimenta e Gisele Porto Sanglard, pelas reflexões e contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde pelo ensinamento transmitidos em disciplinas tão proveitosas. Assim como todos os funcionários da COC, sempre atenciosos e dispostos a ajudar em dúvidas e solicitações.

Agradeço aos professores da graduação da Universidade Estadual de Maringá, bem como ao meu orientador da graduação, Christian Fausto Moraes dos Santos, por me apresentar e impulsionar no campo de estudo.

Agradeço aos colegas de mestrado pelo respeito, conhecimentos compartilhados e todo acolhimento. Sou grata ao Ateliê de Gênero, que tive o prazer de participar, todos seus participantes e convidados, e que proporcionaram discussões e aprendizados extremamente importantes. As pesquisadoras e amigas, Letícia Maria da Silva Mattos e Ana Luiza Lopes Monteiro, pelas trocas, indicações e conversas reconfortantes em momentos difíceis.

Aos amigos queridos que me ofereceram apoio e tornaram o caminho mais leve: Mariana Rodrigues Provenzi, Rebecca Sales, Raquel Sales e Matheus Platner.

Agradeço especialmente a minha Mãe por todo apoio e incentivo, por todo conforto e carinho, os quais foram fundamentais para minha formação pessoal e profissional. Agradeço também aos familiares, tios, tias e Avó, que se fizeram presentes, me acompanharam nesse percurso e compreenderam minhas ausências.

Por fim, a Fundação Oswaldo Cruz, pelo financiamento e bolsa, este trabalho só foi possível graças ao suporte e estrutura que a instituição possui.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o ofício da parturição e o cuidado com o corpo feminino, no Rio de Janeiro Imperial, tendo como fonte principal a obra “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto”, de autoria da francesa Stephanie Marie Françoise Warnault (1806-), conhecida como Mme. Estephania Berthou, e publicada em 1830 pela Typografia Imperial de Émile Seignot-Plancher. O “Compendio” foi publicado durante o período que a parteira francesa residiu no Brasil, e tinha como objetivo instruir aquelas que tivessem interesse na arte dos partos. Para subsidiar a dissertação foram utilizadas diversas fontes primárias, como ofícios da Câmara Municipal, e manuais médicos, e, periódicos, como *Almanak Laemmert*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*, para identificação das praticantes da arte dos partos e de suas trajetórias. Foi possível observar a diversidade de atuação das parteiras, das leigas, das examinadas e das diplomadas, que coexistiam no recorte temporal escolhido, bem como, o impacto que a regulamentação e a criação de um curso de partos tiveram na trajetória dessas praticantes. Considerando a trajetória de Mme. Berthou, sua formação na Faculté de Médecine de Paris, e sua atuação no Rio de Janeiro – incluindo na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro – analisamos o papel social das parteiras e suas incumbências e limites no cuidado do corpo feminino. Em sua prática, as parteiras ditas leigas, baseadas principalmente em conhecimentos disseminados pelas parteiras diplomadas, indicavam para as mulheres as noções de saúde, as informações sobre as moléstias que as acometiam e sobre o bom funcionamento do corpo regulado.

Palavras-chave: Parteiras; Século XIX; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the of parturition craft and the care of the women bodies, in the Imperial Rio de Janeiro, from the work *Compendio e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia as Parteiras na Arte dos Partos*, authored by the french midwife Estephania Berthou. The document was published by Typografia Imperial de Émile Seignot-Plancher in the year of 1830, during the period that the midwife lived in Brazil, and was intended to instruct those who were interested in entering the art of childbirth. Nevertheless, periodicals like *Almanak Laemmert*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* and *Jornal do Comércio*, were used to recognize and identify the profile os practitioners of this craft, who used advertisements to publicize their services and qualifications, with the purpose of finding costumers.

Considering the trajectory of Mme. Berthou, her training at the Medical Faculty of Paris, and her years working in national territory – including her presence at Santa Casa de Misericórdia – we will analyze the social role of midwives and their duties and limits in the care of the female body. Indicating notions of health for women, the diseases that affected them and the proper functioning of the regulated body, based on knowledge disseminated among the qualified midwives.

Through the sources, we were able to observe the diversity of professionals who coexisted in the chosen time frame, as well as the impacts that the regulation and construction of a specific training course had for practitioners of the art of childbirth.

Key-words: Midwives; 19th century; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - O ofício da Parturição na primeira metade do XIX	8
1.1 - O ofício da parturição	8
1.2 - As parteiras no Rio de Janeiro	14
1.3 - O curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	23
1.4 - Vulgarização dos conhecimentos e da arte da parturição	30
Capítulo 2 - Mme. Berthou, parteira e autora do manual de parto	41
2.1 - Formação e Trajetória	41
2.2 - Atuação na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro	44
2.3 – A parteira Mme. Berthou na imprensa periódica do Rio de Janeiro	48
2.4 – A criação de uma escola para parteiras	50
Capítulo 3 - O Compêndio de Mme. Berthou e a arte dos partos	55
3.1 - Estrutura e características do guia da arte dos partos	55
3.2 - Doenças e indisposições que acometem as mulheres	60
3.3 - A matriz, os “mênstruos” e a infertilidade feminina	61
3.4 - Noções sobre o corpo feminino no tempo de prenhez	64
3.5 - Moléstias das “mulheres prenhes”	66
Considerações finais	69
Referências	73
Fontes	73
Bibliografia.....	78

Introdução

No início do século XIX, no Brasil, o ofício da cura, as práticas da arte de curar, e seus praticantes, passaram por modificações que estavam espelhadas no contexto em que estavam inseridos. Tendo como premissa de que o ofício da parturição foi pioneiro no cuidado do corpo feminino, este, por consequência, foi desenvolvendo-se e adaptando-se à circulação dos novos conhecimentos, das novas noções médicas, em diversos ambientes. As “madames do parto” estavam relacionadas ao contexto dos saberes populares, àqueles cujos praticantes não eram formados nas faculdades médicas, mas sim pelos conhecimentos repassados, oralmente, de uma geração de parteiras para outra.

A Lei de 3 de outubro de 1832, que deu nova organização às então Academias Médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro, e da Bahia, definiu que haveria um curso médico cirúrgico, um curso de farmácia e um de partos, ao final dos quais, seriam concedidos, respectivamente, os títulos de Doutor em Medicina, de Farmacêutico e de Parteira. Com a criação desse curso de partos, e da exigência de uma licença, até 1828 por parte da Fisicatura-mor, e depois, pela Câmara Municipal, para a prática na arte dos partos, conferiu características diferentes às parteiras, visto que o acesso, tanto ao curso quanto à obtenção da licença, não era factível a todas as mulheres - seja por questões geográficas ou econômicas. Todavia, esses fatores não impediram que houvesse alguma troca de saberes entre as diferentes parteiras, e até mesmo alguma parceria e cooperação no trabalho.

Dito isto, o foco dessa pesquisa é pensar o papel das parteiras licenciadas no processo resistência de uma área voltada para a saúde feminina, a partir da análise do “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia às parteiras na Arte dos Partos, procedido d’humã dissertação sobre o Tacto”, publicado em 1830 pela Typographia Imperial de Émile Seignot-Plancher, por Estephania Berthou (1806-), uma parteira de origem francesa, da cidade Beauvais, formada pela Faculté de Médecine de Paris, que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1830.

Esse “Compendio” era um manual direcionado às mulheres, com o intuito de transmitir os saberes que poderiam ser indispensáveis às parteiras iniciantes em seu ofício ou mesmo àqueles que desejavam ingressar neste ofício. Será, igualmente, relevante, a reconstrução da trajetória de Mme Berthou, sua atuação na arte dos partos, para compreender e analisar o “Compendio”, de sua autoria, e seu significado como um

manual médico, de vulgarização dos conhecimentos da arte do parto no Brasil oitocentista.

Ao estudar o protagonismo de Mme. Berthou num ambiente restrito às mulheres, podemos acompanhar a narrativa das praticantes do ofício da parturição, seu protagonismo no que viria a ser um campo posteriormente dominado por homens, e na configuração do saber médico a respeito do feminino. Logo, objetiva-se tratar dos conhecimentos sobre as mulheres - o funcionamento do corpo feminino, a regulação deste, e a boa saúde - em construção na primeira metade do século XIX, e paralelamente contextualizar o trabalho e a trajetória da parteira Mme. Berthou.

Estephania Berthou destacou no prefácio os objetivos de seu “Compendio”:

A lingua Portuguesa não oferecendo nenhuma obra que possa facilitar a arte dos, partos ás moças discípulas parteiras que destinão-se ao seu estudo, eu lhes offereço estes preceitos recolhidos dos melhores autores Francezes para guia-las em todas as operações que podem apresentar-se no exercicio desta arte. Como a sciencia dos partos he inteiramente nova entre as mulheres que a exercem, que geralmente são desprovidas dos primeiros conhecimentos que poderião-lhes permittir em estudar a parte anatomica que concerna esta arte; (...).¹

Os temas da medicina, da higiene, da saúde, estavam presentes em obras, tratados, e manuais, muitos dos quais eram destinados a um público diferenciado, não aos médicos propriamente. Muitos eram destinados a outros grupos, às mulheres, como disse Stephanie Marie Françoise Wernault;

Todos os pais de família, particularmente todas as mulheres são interessadas em excitar a propagação destas idéas entre as moças, que dedicarem-se aos partos; huns pelo amor da conservação dos objectos os mais caros para elles, suas esposas, outras pelo seu interesse proprio e o de suas filhas, tão frequentemente victimas da ignorancia e impericia.²

Serão observadas as noções de funcionamento do corpo feminino e as moléstias que poderiam acometer este, e conseqüentemente afetar não somente a mulher, como sua prole. Ademais, cabe ainda a problematização e discussão que versarão sobre as possíveis influências acadêmicas e a troca de saberes entre médicos e parteiras licenciadas e, ou, diplomadas que atuavam conjuntamente no hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, instituição na qual Mme. Berthou também trabalhou.

A trajetória e atividades das “madames do parto” será observada ao longo da

¹ *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto. Obra dedicada as mãis de família. Estephania Berthon.* Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Seignot-Plancher 1830. p.ii.

² *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, ...* 1830. p.ij.

primeira metade do século XIX, acompanhando o processo de regulamentação do ofício da parturição, pela Fisicatura Mor e pela Câmara Municipal. Tendo em vista, as diferentes condições que estavam sujeitas essas mulheres, analisar os perfis das “parteiras” observadas no recorte temporal proposto faz-se primordial para compreensão do ofício, e implicações deste, como as práticas disseminadas, incumbências e atuação dessas mulheres.

Buscamos, com esta pesquisa, escrever uma história de indivíduos pouco ou nunca notados, como as mulheres. Partindo dessa premissa, buscaremos focar naquelas que já se dedicavam à saúde da mulher antes da constituição de uma área médica majoritariamente masculina. Ademais, se busca tratar da perspectiva da saúde feminina como um campo inicialmente desbravado pelas parteiras, que se dedicaram a estudar o funcionamento do corpo feminino, diagnosticando e tratando.

A historiografia produzida sobre o corpo ao longo do tempo não é produto de apenas uma vertente, mas de diversas perspectivas analíticas. Dessa forma, a presente pesquisa não ficará restrita à concepção de que o corpo sempre foi o mesmo na história, natural, com desejos e necessidades universais (PORTER, 1992). Contudo, tendo como objeto de estudo o corpo feminino, e dando o destaque a este, deve-se ter claro que o corpo da mulher é descrito como dessemelhante não só pelas distinções biológicas do gênero, mas por questões de mentalidade do contexto. Far-se-á necessário abordar as mudanças de pensamento no decorrer da história para contextualizar o recorte temporal escolhido.

Percebe-se que, a partir da década de 90, do século XX, os estudos e pesquisas sobre as mulheres apresentaram uma escrita da história em que as mulheres são agentes históricos, e possuem uma historicidade das relações entre os sexos (PERROT, 1995). A abordagem de ambas temáticas, mulheres na história e a história das ciências configuram-se como campos de estudo que apesar de consolidados, ainda encontram embates e descrédito. Dessa forma, analisar um objeto de pesquisa por meio da historiografia do gênero, seja a narrativa de uma mulher ou homem, é um caminho importante e necessário.

Escrever uma história a partir da categoria de gênero permite também observar o objeto de estudo sendo o corpo feminino com a influência de conhecimentos médicos europeus e provavelmente com intercâmbios de saberes e experiências de outras parteiras, fossem leigas, licenciadas ou diplomadas. Ademais permite observar a autoria da fonte, o meio no qual essa foi publicada e para qual público a obra era destinada, o que é relevante uma vez que a publicação de um manual apesar de comum não era frequente

por autorias femininas, e principalmente destinado a outras mulheres com intuito de orientar nas práticas da saúde.

Compreender a mulher como agente histórico e a partir disso produzir uma narrativa no enfoque e trabalho dessas como sujeitos contribui para valorização e reinterpretção da história, incluindo parte formadora e importante. A área obstétrica e ginecologia desenvolvida no fim do XIX interpretada com apreço pelo viés dos médicos e doutores formados pelas academias médicas por vezes desvalorizam o trabalho das parteiras, com diferentes perfis de formação, que exerciam o ofício muito antes deles.

Os ofícios da cura incentivaram novas perspectivas médicas, com influências não somente da medicina acadêmica europeia. O tratamento do corpo feminino foi modificado para detectar e tratar as patologias advindas do próprio sexo, alternando o que antes era simplificado pela influência religiosa para uma recém arte de curar.

Serão utilizados autores clássicos, como Michel Foucault, para fundamentar teoricamente minha pesquisa. Entendo os argumentos de Foucault especialmente com relação à institucionalização do ensino e da prática médica, na análise da construção de um saber específico sobre o corpo feminino – preocupação presente no ofício da parturição – com a demarcação de áreas médicas próprias, como a obstetrícia e, posteriormente, a ginecologia. Observar a construção do discurso científico, sua legitimidade e as implicações que deste derivam na prática como a das parteiras, se faz não somente interessante, como também essencial para compreender o descrédito e mesmo o teor pejorativo que poderia ser agregado as “comadres”.

Os meios de controle social, segundo Foucault (2017), são variáveis de acordo com características de classe, gênero. Logo, ao analisar não somente uma obra de autoria feminina, bem como, acerca do corpo feminino, podemos observar noções científicas e sociais do contexto. A construção social do sexo feminino, o papel social da mulher como esposa e mãe no Brasil do século XIX, vêm-se conectados a teoria médicas, a produção de conhecimentos e indicações científicas. O discurso de utilidade, construído pelo Estado, é primordial para o estabelecimento da medicina como ferramenta de controle legitimada na sociedade.

A metodologia tem como fio condutor os meios de controles do corpo partindo das relações de poder e biopoder estabelecidas por Foucault. Tendo a premissa de que, ao longo da história o controle social do corpo da mulher foi uma constante, existindo antes do avanço de saberes científicos, mas que ganhou maior destaque a partir desses. O controle em suas diversas formas era exercido por instituições como a Igreja, o Estado, e

as instituições científicas, demonstrando seu regime por meio da afirmação paradigmas sobre as mulheres, como sua instabilidade, ou sua associação com a maternidade; a visão da figura feminina variava com o discurso a ser utilizado. Através de instituições e dos próprios corpos esses domínios se fixam na sociedade e servem como disciplinadores, e manejam uma autodisciplina. Paralelamente encontra-se o biopoder, também disciplinador, mas com atuação nas massas, no coletivo. Em vista disso, vê-se com clareza no sexo e sexualidade o exemplo de controle historicamente construído, com o corpo na sociedade dependendo de uma regulação e disciplina.

Concomitantemente, no campo teórico na área de história das mulheres, Fabíola Rohden (2001), ao analisar o processo de mudanças nas concepções sobre a mulher, fundamentada nas considerações de Thomas Laqueur (2001), destaca:

Não há, assim, uma única causa, um processo singular e contínuo, mas uma composição de múltiplos programas culturais em atuação, uma pluricausalidade. Os avanços da anatomia no Renascimento, sua preocupação em olhar, tocar e dissecar os corpos, apesar de nos parecerem reveladores das diferenças, não foram suficientes. Só se chegou à constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza quando houve um clamor social para isso. (ROHDEN, 2001: 31)

Segundo Giselle Machado Barbosa (2016), podemos observar na historiografia produzida especialmente a partir da década de 1990, alguns trabalhos propondo novos questionamentos e abordagens a respeito das artes e ofícios de curar no Brasil do século XIX. Essa transformação pode ser percebida em estudos como os de Maria Lucia Mott, Nikelen Acosta Witter, M^a Renilda Barreto, Anayansi Correa Brenes e Ana Paula Vosne Martins³, que procuraram analisar as práticas da arte de curar e seus praticantes, entre estes as parteiras.

Algumas pesquisas trouxeram uma nova perspectiva para a análise sobre os praticantes da Arte de Curar, ao indicarem que entre as razões da procura por essas parteiras – mesmo que sem formação oficial, ou seja, diplomadas ou licenciadas -, em detrimento de outros praticantes de medicina, podia estar presente a possibilidade de um

³ Referências: MOTT, Maria Lucia. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano .2, n.3, 1º semestre 1994, pp.101-116; WITTER. Nikelen Acosta. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre a saúde, doença e cura. *Tempo*, Niterói, v.10, n.19, 2005, pp.13-25; BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, 1º sem. 2007, pp. 219-236; BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, abr.- jun.1991, pp.135-149; MARTISN, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

certo reconhecimento que as mesmas haviam alcançado e a preferência entre as mulheres do período pelo seu atendimento.

Destacamos, inicialmente, os trabalhos como o de Maria Lúcia Mott, que dedicou inúmeras publicações ao estudo das parteiras, da formação das parteiras, e do ensino médico no Brasil do século XIX. Mott, em seus estudos sobre a parteira Marie Josephine Mathilde Durocher (1809-1893), nos apresenta muitas reflexões e questões sobre a participação das mulheres nas questões do corpo feminino, na saúde da mulher (MOTT, 1994, p.101).

A dissertação de Giselle Machado Barbosa igualmente apresenta reflexões interessantes para a pesquisa desta dissertação, ao investigar a atuação das parteiras, tendo como fontes centrais a análise de periódicos que circulavam no Rio de Janeiro. Sua análise nos conduz a conhecer a prática das parteiras pelos impressos, seja sua atuação particularmente, seja a atuação em espaços institucionais (BARBOSA, 2016).

Estudos, como os de Anayansi Correa Brenes, proporcionam aporte historiográfico para compreender o papel das parteiras e os cuidados do corpo feminino no século XIX, a diversidade de perfis e as mudanças ocorridas no período. Além de explanarem acerca da formação das parteiras francesas, comentam sobre a atuação das mesmas no Brasil, sua influência nos cursos de partos que viriam a ser propostos no país.

Os trabalhos da autora Maria Renilda Barreto foram fundamentais, especialmente com relação à questão da assistência à saúde da população cativa e da mulher, bem como, às noções de maternidade presentes no XIX. Por meio da produção da autora, podemos observar os interesses científicos, resultantes da mentalidade predominante do período, que impactaram na institucionalização dos praticantes na transferência de saberes e práticas para espaços restritos.

Vera Regina Beltrão Marques, em seus estudos, analisou o fazer ciência no Brasil colonial e imperial, seus espaços institucionais, suas práticas. Ao tratar dos manuais de medicina, que difundiam normas de higiene, de saúde, discute duas linhas de objetivo destas publicações. Uns deles seria o de representar um meio importante para tratar as populações locais e suas doenças, e o outro seria “um esforço normatizador que colocava o médico mesmo nos lugares nos quais ele não era encontrado” (MARQUES, 2004). Igualmente relevante são suas reflexões sobre a construção da imagem social do chamado médico das senhoras (MARQUES, 2003).

Ao analisar os paratextos e seu papel na construção do saber médico no séc. XVIII, Jean Luiz Neves de Abreu, nos apresenta alguns aspectos importantes para

reflexão sobre a autoridade médica, sobre as preocupações com a saúde das populações na literatura médica, e de um novo contexto que “se relacionava com uma série de cuidados que o indivíduo deveria ter com o seu corpo para preservar a saúde” (ABREU, 2013:29). Estão inseridos, aqui, os tratados de medicina doméstica, e manuais como o “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto”, de Estephania Berthou que pesquisamos.

Outros aportes teóricos e analíticos importantes para o desenvolvimento dessa análise referem-se à discussão sobre a circulação dos conhecimentos, especialmente sobre as ações de vulgarização dos conhecimentos no Brasil Imperial. Neste sentido, os estudos de Moema Vergara (2008), Giselle M. Venancio (2013), e de Fonseca (2018) nos apresentam importantes discussões sobre a vulgarização dos conhecimentos para um público mais amplo.

Assim, principalmente a partir dos autores citados e de suas concepções teórico-metodológicas, desenvolveremos nossa análise e a elaboração desta dissertação.

Capítulo 1 – O ofício da parturição na primeira metade do XIX

1.1 - O ofício da parturição

O ofício da parturição, como citado anteriormente, foi pioneiro no cuidado do corpo feminino, e os registros da arte de partejar podem ser observados desde o século XV na Europa, com referências às “midwives”, que prestavam auxílio a mulheres no momento do parto (SHORTER, 1982).

No Brasil, a presença das parteiras remete desde os períodos coloniais. É seguro dizer que o ofício da parturição é uma arte que antecedeu à criação do curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ocorrida a partir da Lei de 3 outubro de 1832. Muitas informações sobre a área obstétrica, ao longo do séc. XIX no Brasil, estão detalhadas na obra de Lycurgo de Castro Santos Filho, “História Geral da Medicina”, em que realiza um levantamento das mais diversas práticas de cura, incluindo o ofício das parteiras (SANTOS FILHO, 1991). Segundo o autor, até o final do século XIX era nítido o protagonismo das parteiras na área de assistência obstétrica, embora a participação de médicos formados pudesse ser solicitada, geralmente nos casos de maior gravidade.

Assim, é correto considerarmos que a arte da parturição era majoritariamente praticada pelo sexo feminino. Este aspecto pode ser percebido mesmo antes do recorte temporal analisado nessa dissertação - a primeira metade do século XIX. Ao nos referirmos sobre a arte da parturição no Brasil, devemos iniciar pelo estudo das chamadas parteiras, aquelas que eram encarregadas da assistência às parturientes e dos cuidados do corpo feminino. Delinear quem eram essas mulheres, e o que as levou a exercer o ofício da parturição, é essencial para uma melhor compreensão do perfil dessas mulheres. É importante observarmos as possíveis semelhanças e diferenças na sua formação, atuação e no público ao qual destinavam e ofereciam seus serviços.

De forma introdutória à temática, importa notar a terminologia utilizada para designar essas mulheres em diferentes épocas, de forma a compreender as visões construídas, em cada período histórico, sobre a atuação delas. “Midwives”, uma nomenclatura em inglês, a qual, em uma tradução livre, o termo “mid” pode nos remeter ao vocábulo “com”, e “wives” a “mulheres” ou “esposas”, nos levaria à ideia de “com as mulheres” no momento do parto.

Em francês, a expressão “sage-femme”, também em tradução livre, “sage” nos remeteria a “sábias”, e “femme” a “mulheres”, logo, “mulheres sábias”, referência à raiz

mítica grega (BRENES, 2005: 28.). Em português a terminologia usada em referência a essas mulheres apresentou variações no século XIX no Brasil, sendo referidas como comadres, parteiras ou aparadeiras. O termo adotado nos permite conhecer como essas mulheres eram vistas pela sociedade e como as próprias se identificavam. Quando referidas como “comadres”, e até mesmo “curiosas” temos as que eram consideradas leigas, citadas inclusive na literatura como em “Memórias de um Sargento de Milícias” de autoria de Manuel Antonio de Almeida, publicado em 1854:

Era a comadre uma mulher baixa, excessivamente gorda, bonachona, ingênua ou tola até um certo ponto, e finória até outro; vivia do ofício de parteira, que adotara por curiosidade, e benzia de quebranto; todos a conheciam por muito beata e pela mais desabrida papa-missas da cidade. ALMEIDA, 1854.

No início do XIX, aqueles que exerciam artes de curar – incluindo o ofício da parturição – não possuíam necessariamente uma instrução formal, isto é, eram os praticantes populares, os sangradores, as parteiras, curandeiros e os cirurgiões, os quais não tinham necessariamente a formação acadêmica. O campo, tão abrangente englobava diversos profissionais, suas práticas e conhecimentos estavam baseados no empirismo, por meio de mentoria de outros praticantes com mais entendimento na área, ou até mesmo pelo exercício e experiência.

Praticavam a medicina no país, até o início do século XIX, os físicos ou licenciados, os cirurgiões-barbeiros, os cirurgiões-aprovados, os cirurgiões-examinados. Sua atuação não se deu sem fiscalização, dada a existência de um órgão regulador, a Fisicatura-mor, à qual cabia inspecionar a atuação daqueles exerciam as práticas médicas, desde indivíduos formados em instituições médicas ou os terapeutas populares – e como anteriormente citado, as parteiras não licenciadas e diplomadas, enquadravam-se no segundo grupo. À Fisicatura-mor cabia a concessão de licenças para os que exerciam as artes de curar. Com a Fisicatura-mor, que funcionou de 1809 a 1828, foram restabelecidos os cargos de físico-mor e de cirurgião-mor, aos quais cabia a nomeação dos delegados seriam responsáveis pela fiscalização da saúde pública. No ano de 1828, fim da Fisicatura, foram extinguidas as funções do provedor-mor e os cargos de físico-mor e cirurgião-mor, e a responsabilidade pela fiscalização das práticas médicas, e pelos serviços referentes à higiene passou para as Câmaras Municipais (FONSECA, 2008).

Aquelas que pretendiam praticar o ofício da parturição tinham de ter licença expedida por órgão regulador já no início do XIX. Dessa forma, para o exercício da arte

da parturição era exigida, tanto de estrangeiras ou como das brasileiras, a prestação de um exame perante os delegados do Cirurgião-mor, para a obtenção de uma “carta de exame”, a qual era registradas nas Câmaras Municipais (SANTOS FILHO, 1991, p.331).

Segundo Mott (1999a), em sua análise da documentação da Fisicatura-Mor, no período de 1808 a 1828, foi possível observar o perfil das parteiras, licenciadas ou diplomadas, que exerciam legalmente seu ofício. Nesta documentação, as informações se referiam ao estado civil, raça, situação econômica – vista principalmente nos pedidos daquelas que não podiam realizar os exames – e também a naturalidade e regiões de atuação. Os pedidos para realização de exames eram de mulheres das seguintes localidades (em ordem quantitativa): Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – essas solicitações incluíam parteiras brasileiras e de outras nacionalidades, residentes no Brasil.

Entretanto, entendo não ser de todo correto afirmar que esta exigência fosse plenamente atendida em todo o país, visto que muitas dessas mulheres, independentemente da exigência desta autorização, já exerciam o ofício. As circunstâncias que possibilitavam as mulheres adentrarem o campo da parturição eram diversas e estavam diretamente associadas à trajetória de cada uma delas.

Após a Corte se instalar na cidade do Rio de Janeiro, muitas parteiras estrangeiras – principalmente francesas – vieram para o Brasil e aqui se estabeleceram oferecendo seus serviços. Segundo Mott, as parteiras, que atuaram na primeira metade do séc. XIX, seriam basicamente de duas categorias, as leigas e as examinadas ou diplomadas pelas instituições acadêmicas.

Na primeira categoria, na qual estariam as também conhecidas como “curiosas”, ou “comadres”, o que significava “com a mãe”, o ofício era aprendido com outras mulheres mais experientes e por meio das próprias experiências individuais, no caso daquelas que eram mães (BARRETO, 2008: 3). Na segunda categoria, respectivamente, estavam aquelas que obtiveram a “carta de exame” ou eram diplomadas, englobando as parteiras estrangeiras estabelecidas no Brasil, aquelas que se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia, e também aquelas que haviam obtido anteriormente a licença para exercer sua prática com os cirurgiões ou físico-mor no período da Fisicatura-mor.

As parteiras, além de apresentarem formações distintas, leigas ou diplomadas, também ofereciam diferenças nos serviços prestados, alguns restritos ao auxílio do parto e outros abrangendo as situações de necessidade.

O ofício da parturição passou por transformações no decorrer do tempo, nas nomenclaturas, regulamentações, e formação, especialmente de suas praticantes mulheres. Este processo nos leva conhecer as condições para o exercício do ofício, os perfis, e os requisitos e limites apresentados àquelas mulheres que buscavam atuar na arte da parturição.

A partir dos anúncios em periódicos pode-se compreender a coexistência e atuação das diferentes praticantes do ofício da parturição. Com o panorama exposto, percebe-se que o ofício e a prática da parturição estavam subordinados a exigências demandadas pelo Cirurgião-mor, como a “carta de examinação”, e à formação em instituições de ensino médico.

A presença dessas mulheres dedicadas ao ofício da parturição em um ambiente de formação médica, como as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, onde eram realizados os cursos de parto, e a interferência dos médicos formados na arte de partejar, impactavam fortemente na prática da arte de parturição. Defendia-se a ideia de que o ofício das parteiras fosse sujeitado a uma intervenção médica, com acompanhamento do que seria ensinado a essas mulheres, delimitando as suas atribuições como profissionais e modificando sua prática (BRENES, 2005: p.13).

Aspecto importante quanto ao descrédito das Artes de Curar e de seus praticantes está conectado às condições sociais, raciais e econômicas dos profissionais que atuavam nesse campo desde os primeiros séculos no Brasil. A atribuição de uma imagem negativa a esses praticantes, inclusive às parteiras, ainda era percebida nos oitocentos, mesmo após a regulamentação das atividades e a criação dos cursos de partos das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, como citado por Mott (1999), em teses médicas como a de Francisco de Paula Costa em 1841, para obtenção de seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Maria Lucia Mott, autora de numerosos estudos sobre o ofício das parteiras e já citada anteriormente, em seu extenso trabalho sobre a renomada parteira, Mme. Durocher, nos leva a questionar sobre as causas da construção da imagem negativa das parteiras, atribuída por alguns médicos, mesmo após 1832, quando muitas já tinham autorização legal, e instrução formal:

A imagem da parteira como mulher ignorante, analfabeta, sem moral, responsável pela morte das mães e recém-nascidos devido à falta de

qualificação profissional, é encontrada não apenas na literatura brasileira do século XIX, como também na de vários países, tendo sido inclusive incorporada por historiadores e sociólogos do século XX (MOTT, 1999a, p.1).

O fato de várias parteiras não terem formação acadêmica era uma preocupação recorrente, presente não somente entre as parteiras diplomadas, licenciadas, mas também junto aos demais profissionais da área médica. Para estes a polarização de opinião acerca da atuação e instrução das parteiras era evidente. No campo médico existiam aqueles que defendiam a reprimenda a essas “comadres” e parteiras, por considerá-las ignorantes e visualizarem sérias consequências, como a mortalidade infantil e morte da parturiente, caso elas tivessem autorização para atuar. Em contrapartida, havia também parte do meio médico que entendia a necessidade de instrução das parteiras como uma forma de combater aquelas que não tinham os conhecimentos necessários para atuar.

Esta visão depreciativa das parteiras, principalmente das leigas, foi bastante enfatizada pelo médico João Pedro de Amorim Carrão, formado em 1842 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em uma matéria publicada no *Arquivo Medico Brasileiro*, em 1845. Logo no início da matéria afirmou que se devia usar o termo parteiro “como uma expressão geral que empregamos para designar a pessoa de um ou outro sexo que, sufficientemente habilitada, exerce a arte de partos”⁴.

Carrão ressaltou, ainda, a presença das parteiras, princípio não seria um problema se todas tivessem a instrução necessária para exercer tal ofício:

Entre nós se observa o costume dos antigos, os medicos são chamados em casos extremos, depois que apparecem symptomas que fazem receiar pela existencia da mulher, á excepção destes casos, que são raros, quase todos os partos terminam unicamente com assistencia das parteiras. Este uso longe de ser censurado, pelo contrario seria até mui louvavel, se por ventura existissem em todos os pontos do nosso paiz mulheres sufficientemente instruidas para exercerem tão nobre profissão; mas sómente em algumas capitaes e cidades mais populoss se encontra um pequeno numero dellas com as habilitações necessarias, entretanto que a maior parte das que se entregam a este exercicio, pertencendo á classe mais inferior, são nimamente grosseiras, estupidas, supersticiosas, e arrogantes.⁵

Por outro lado, Carrão sinalizou alguns problemas decorrentes da práticas destas parteiras, que não reconheciam “sua ignorancia”:

⁴ CARRÃO, João Pedro de Amorim. Algumas considerações á cerca da importância e necessidade de parteiro durante o trabalho de parto. *Arquivo Medico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo II, n.1, setembro de 1845, pp.8-10. p.8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700347/305> Acesso em 10 de março de 2022.

⁵ CARRÃO, 1845. *Op. Cit.* p.8-9.

Se essas nossas parteiras, reconhecendo sua ignorancia, se limitassem a esperar pelos esforços da natureza, e, quando o parto se não pudesse effectuar, recorressem ao auxilio dos profissionaes, certamente não teriamos de lamentar tantas infelicidades, resultados de meios imprudentes, ridiculos, e até barbaros por ella empregados. Mas pelo contrario julgam-se auctorizadas paara lançar mão, de todos os meios; acham-se habilitadas para terminar todos os partos, por mais laboriosos e complicados que sejam, e não poucas pessoas tem sido victimas da confiança que nellas tem depositado⁶.

Entre as práticas das parteiras que considerava prejudiciais Carrão indicou:

Uma pratica bastante prejudicial e seguida por quase todas as parteiras, como temos constantemente observado, é a sofreguidão com que, querendo ellas ver logo desembaraçadas as mulheres quen entram em trabalho, obrigam-nas a fazer grandes e continuados esforços (tomar puxos) desde os primeiros signaes do parto, quando é ainda inteiramente impossivel a sahida do feto, por não se achar completamente dilatado o collo uterino; as consequencias que pódem provir de similhante modo de proceder são bastantemente graves, e só a mais completa ignorancia do mechanismo do parto poderá dar lugar a esse erro⁷.

Carrão foi enfático quanto à necessidade que as parteiras tivessem a instrução necessária, e lembrou que a falta dessa instrução era injustificável tendo em vista a existência de escolas médicas e curso de partos:

Muito extenso por certo nos tornariamos, se quizessemos reproduzir todos os erros e abusos, devidos á ignorancia das parteiras, e seus funestos resultados; são factos bem conhecidos e muito frequentes entre nós, por isso não continuaremos a enumera-los. Ás auctoridades do paiz compete obstar á continuação de taes abusos, fazendo cumprir a lei, que claramente diz, que para curar, partejar, etc. é preciso ter diploma passado ou approved pelas Faculdades de Medicina; seria esse seguramente o meio de evitar tantos males causados por aqueles que, na deficiencia de conhecimentos, se animam a exercer um dos mais importantes ramos da sciencia medica. (...)

Nem se diga que o paiz não offerece meios de instrucção. Existe na Escola de Medicina um curso completo de partos, ao qual pódem concorrer as mulheres que quizerem se dedicar á arte de partejar, donde pódem sahir com a instrucção precisa, e legalmente auctorizadas para o exercicio de seu magisterio. Mas como no nosso paiz não há policia medica, e as auctoridades não cumprem seus deveres, o charlatanismo se acha por tal fôrma acoroçado, que qualquer individuo póde curar, partejar, e ter botica em aprsentar diploma; disto resulta que ninguem se quer entregar ao estudo, expor-se a provas, e fazer despesas, quando longe destes sacrificios pódem obter as mesmas vantagens. E para que um diploma da Faculdade de Medicina, quando as denominações de parteira da Maternidade de tal, discipula do Dr. f. são titulos sufficientes para merecer a confiança do publico, e a protecção das auctoridades?⁸

⁶ CARRÃO, 1845. *Op. Cit.* p.8-9.

⁷ CARRÃO, 1845. *Op. Cit.* p.9.

⁸ CARRÃO, 1845. *Op. Cit.* p.9.

Por outro lado, entre as parteiras diplomadas, a opinião era de que a criação e o desenvolvimento do ensino da arte da parturição conferiria maior credibilidade a seus praticantes, por formar pessoas com conhecimentos científicos e técnicos. A preocupação com a formação dessas mulheres podia, também, estar associado à intenção de promover o crescimento da população e a queda da taxa de mortalidade infantil.

Mme. Estephania-Berthou, personagem central nessa dissertação, também defendeu o ensino e a criação do curso de partos, bem como de uma Escola Nacional de Obstetrícia no Brasil, como forma de promover o aumento da população brasileira, em seu “Memorial para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à sábia consideração da Augusta e Digníssima Assembléia Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saúde Pública”⁹.

1.2 - As parteiras no Rio de Janeiro

O papel das parteiras, independente do grupo em que se encontravam, ia além da assistência do parto ou das doenças intercorrentes deste. Essas mulheres eram responsáveis pela assistência à saúde da mulher, por vezes, sendo as únicas representantes entre os terapeutas populares oferecer serviço as mulheres, em decorrência de conceitos de pudor e decência existente na sociedade do período. Compreende-se que, a partir de seus conhecimentos e disposições sobre o corpo das mulheres, foi alçada uma via para desenvolver a área de estudo médico, a ginecologia e obstetrícia:

Segundo Mme.Durocher, as primeiras parteiras do Brasil eram caboclas, portuguesas e negras velhas. Eram analfabetas, pertenciam a ‘última classe da sociedade’, muitas delas ex-meretrizes, que não duvidavam em prestar certos favores: ‘levavam debaixo da mantilha, capote ou baeta, cartas, presentes, filtros, feitiçarias de simpatia ou repulsão, de ventura ou desgraça (MOTT, 1990, p.30).

A premissa da diversidade existente no perfil das parteiras no decorrer dos Oitocentos já foi anunciada, cabe agora a investigação e discussão acerca dos fatores que as diferenciavam. Assim, a observação de status sociais, econômicos e culturais, bem como as condições de vida e liberdade dessas mulheres nos permite entender a

⁹ *Memorial para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à sábia consideração da Augusta e Digníssima Assembléia Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saude Publica.* [Rio de Janeiro]: Typ. Imperial e Constitucional de Seignot e Plancher, [1832]. Localização: BN Livros Raros - 099A,018,005

diferenciação entre elas. Desde escravizadas que realizavam o parto de suas senhoras ou atendiam pessoas da família e vizinhança, libertas que praticavam a arte com licença para sustento, ou francesas e portuguesas que ofereciam seus serviços ao chegarem no Brasil.

Para Giselle Barbosa (2014) a análise dos registros de confirmação para o ofício de parteira, apresentados à Fisicatura-mor, responsável pela regulamentação e fiscalização das práticas de cura, entre 1808-1828, possibilitou a contabilização de alguns dados sobre essas mulheres. Segundo esses registros, 144 parteiras haviam obtido a licença neste período, sendo 55% brasileiras, oriundas das várias regiões do país. Deste conjunto de licenças a brasileiras, a cidade que apresentou um número maior de registros foi a Corte, no Rio de Janeiro (BARBOSA, 2014).

Segundo a análise de Barbosa, esses documentos permitiram perceber, também, que outro ponto distinguia as parteiras, o racial. Em relação a este aspecto, os documentos indicaram que 85% eram mulheres declaradas brancas, e 15% de mulheres declaradas pretas e pardas. Os registros informavam, igualmente, as condições jurídicas das mulheres, indicando se eram livres ou forras (BARBOSA, 2014).

A partir desse panorama percebemos que concessão de licenças para os praticantes das artes de curar não se dava da mesma forma em todo o país, pois nem todos tinham acesso aos exames junto à Fisicatura-mór, exigidos para obtenção da licença. Nota-se, por outro lado, que nem todas as mulheres conseguiam se submeter aos exames propostos, pois não tinham condições de arcar com as despesas e taxas. Muitas, então, embora não conseguissem obter a licença e se tornarem “examinadas,” conforme as orientações acima referidas, acabavam atuando mesmo sem a licença.

Observando os anúncios das parteiras licenciadas ou diplomadas, nos principais jornais do Rio de Janeiro, podemos ver informações sobre as mesmas, se eram diplomadas, examinadas ou leigas. Segundo Maria Lúcia Mott (1999a), embora as parteiras leigas fossem mais numerosas, sua referência nos documentos era menor. Ao passo que as parteiras examinadas ou diplomadas são vistas em inúmeras referências e documentos.

Ainda, por meio dos anúncios podemos conhecer os anos de experiência e a qualificação de várias parteiras com formação, ou licença para atuar, o que não implicava, necessariamente, numa idade avançada dessas praticantes das artes do parto.

Em documento escrito, em 1834, consultado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, têm-se uma relação dos nomes das parteiras que haviam solicitado certificação à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1830 para poder exercer sua prática.

Entre estas estavam citadas em ordem: Stephania Maria Warnault¹⁰, Clementina Rosa, Maria Rosa Ferreira, Anna Joaquina, Catharina de Conceição, Anna Maria de Jesus e Theodora Maria da Conceição¹¹.

Dentre as parteiras referidas, conseguimos localizar informações sobre algumas delas, como foi o caso da parteira Clementina Rosa, citada no documento requerendo aval para seu exercício profissional. Segundo registros publicados em periódicos, como *Correio Mercantil*, *Almanak Laemmert e o Diario do Rio de Janeiro*, essa parteira teria atuado por mais de 47 anos, pois seu primeiro anúncio foi publicado em 1824 e o último em 1869 (BARBOSA, 2016):

Clementina Roza, natural de Lisboa, parteira examinada, e aprovada nesta Corte, faz sciente a todas as pessoas que precisarem do seu préstimo, na referida qualidade, que ella mora na Prainha defronte do Guarda da Policia, em humas casas que tem na porta huma cruz branca.

12

Nas informações disponíveis em seus anúncios, não eram muitos os dados a seu respeito, limitando-se a referir-se a sua origem portuguesa e a seu endereço de atuação, o qual, assim como ocorria com outras parteiras, fora alterado no decorrer dos anos. Como visto no anúncio acima, no ano de 1822, a parteira comunicava, de forma pouco precisa, seu endereço numa casa sinalizada com a cruz branca. Já em 1848 anunciava sua residência na Rua das Violas, n.113, na qual atuou até 1851, quando se realocou para a Rua do Sabão, n. 117¹³.

Outro exemplo pode ser o de Theodora Maria da Conceição, também citada na mesma lista anteriormente referida, ao solicitar certificação para prática. Em documentos da Fisicatura Mor foi feita menção a ela, em um atestado de um colega cirurgião aprovado que comprovava sua experiência e servia como referência na qualificação desta. Neste documento teria declarado que a parteira Teodora tinha assistido partos tanto em sua casa quanto em casa de outras pessoas, e “tinha prática suficiente para usar do ofício a que se propôs, sendo autorizada por seu juízo competente” (MOTT, 1999).

¹⁰ Como visto anteriormente, a parteira analisada nesta dissertação foi referenciada de diferentes formas nas fontes documentais consultadas. Logo, o nome referenciado no documento, seria seu nome antes do matrimônio.

¹¹ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

¹² NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.14, 20 de novembro de 1822, p.68. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=2413

¹³ PARTEIRAS. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1848*. p.333. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=2039>

Foram, também, encontradas nos periódicos informações sobre a parteira Anna Joaquina, anunciando seus serviços, especificando sua qualificação como parteira examinada e informando seu endereço:

Anna Joaquina, Parteira examinada, oferece o seu préstimo as pessoas que precisarem dela, podendo dirigir-se a qualquer hora, a rua do Lavrario, n. 82¹⁴.

Podemos ver houve uma mudança de endereço, e que embora continuasse na Rua do Lavradio, teve alteração no número, do nº 82 para o nº 16. Destacava a qualificação da parteira, fazendo alusão aos seus anos de experiência quais atribui “tendo por ele merecido a preferência dos seus fregueses” (BARBOSA, 2016):

Anna Joaquina, Parteira examinada, com longos anos deste ofício, tendo por elle merecido a preferencia dos seus freguezes, faz sciente ao respeitavel publico, que a sua residência he na sua do Lavradio, n.16, onde sempre a acharão prompta para servir a quelas filantrópicas pessoas que se dignarem socorre la com a sua proteção ¹⁵.

No caso de Anna Joaquina, informações sobre sua atuação puderam ser localizadas nos periódicos ao longo de 5 anos, tendo sido seu último anúncio publicado em 1834. Considerando essas informações presentes nos periódicos, podemos supor se tratar de uma profissional de idade mais avançada, em comparação as suas colegas de profissão.

Em relação às outras parteiras citadas na documentação consultada, Maria Rosa Ferreira, Catharina de Conceição e Anna Maria de Jesus, não conseguimos encontrar registros e informações ou anúncios a respeito. Contudo, a carência de informações não exclui a possibilidade de atuação das mesmas no período analisado.

A existência de muitos registros das parteiras licenciadas ou diplomadas, em detrimento das parteiras leigas, corrobora o argumento apresentado por Maria Lúcia Mott, de que tal ocorria tendo em vista as fontes e os recursos existentes para pesquisa.

A maior parte das parteiras optou por não legalizar a sua prática, porque não tinham condições, ou porque a fiscalização não se encontrava próxima ao local onde partejavam, ou por que já possuíam algum respeito da população, o que poderia lhe garantir alguma proteção perante denúncias.

¹⁴ NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.1, 2 de agosto de 1830, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=11482

¹⁵ NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.7, 10 de janeiro de 1834, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=15411

Como comentamos anteriormente, em 1828, quando a Fisicatura-mor foi extinta, a responsabilidade pela fiscalização das práticas médicas, e pelos serviços referentes à higiene passou para as Câmaras Municipais (FONSECA, 2008). E, segundo definição das posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, promulgadas em seguida, “nenhum facultativo, boticário, parteira, ou sangrador poderá curar e exercer sua arte dentro do município sem ter apresentado suas cartas na Câmara, onde ficarão registradas...”¹⁶ (código 49-3-8, AGCRJ).

Neste cenário com questões como a fiscalização, o registro e a legalização do exercício das práticas médicas, ocorriam situações de conflitos entre os praticantes da arte de curar. Nesse sentido, encontramos o caso da denúncia que Mme. Berthou, nossa personagem central nessa dissertação, teria feito de sua colega de ofício, a Mme. de Bussy, por meio de uma carta encaminhada a Câmara Municipal.

Tive a honra de receber hontem a nota que V. S^a me derigio denunciando a Mme. De Bussy como perigosa a sociedade pelo sem que para isso tenha o devido conhecimento, e nem Diploma legal. Em desespero de mui dirigi-me imediatamente a casa de Mme. De Bussy, e lhe interrogando pelo seu Diploma, apresentou-me hum da era de 1819 (...)¹⁷

O trecho destacado integrava o documento que, João Joze Moreira, o vereador da Câmara municipal que havia recebido a denúncia, teria apresentado em resposta à queixa de Mme. Berthou. O representante da Câmara Municipal informou sobre as medidas que teria tomado em relação à Mme. Bussy, como o fato de ter ido à casa da denunciada e exigido a apresentação do diploma, ao que teria sido atendido. Informou, ainda, que ordenou que Mme. Bussy apresentasse a devida certificação à Câmara Municipal para a verificação que a “lei pede”. O vereador finalizou manifestando esperança de que Mme. Berthou ficasse satisfeita com as providências tomadas, pois havia feito tudo que estava a seu alcance.

Entre a documentação existente, encontramos a carta encaminhada pelo vereador à Câmara Municipal, na qual informava sobre a denúncia feita por Mme. Berthou a respeito da francesa Mme. de Bussy, e sobre as advertências que fizera à denunciada, como vemos no trecho abaixo:

Jugo do meu dever levar ao conhecimento da Câmara Municipal a inclusa denuncia que me dirigio a franceza Berthou denunciando a franceza Bussy: e atesto que-lhe-dirigi sobre este objeto que a Câmara

¹⁶ Código 49-3-8, AGCRJ. *Apud* PIMENTA, 2004. p.70.

¹⁷ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

com reflexão tome conhecimento necessário do Diploma que a Mme. Da Bussy apresenta em virtude da advertência que lhe-fis.¹⁸

Em relação à solução encaminhada pelo vereador, tem-se a indicação de que Mme. Berthou teria criticado os encaminhamentos da Câmara Municipal, como ter aceito a certificação apresentada pela parteira Mme. De Bussy, pois tal documento não seria válido para reconhecimento de título “fora dos limites da prefeitura onde teria sido examinada” (BARBOSA, 2016: 74).

Segundo Maria Lucia Mott (1999), a disputa por espaço poderia ser a motivação principal para a ocorrência de denúncias entre as parteiras, como visto no caso da Mme. Berthou. Considerando-se a diversidade de perfis, bem como o crescimento da área de atuação, é possível que existisse de fato concorrência e desavenças entre as parteiras.

Acrescenta-se, ainda, o fato de que a formação das parteiras francesas era distinta das demais parteiras, como veremos mais detalhadamente à frente, criando distinções, e classes entre as formadas.

Outro ponto importante encontrado em trabalhos como o de Maria Lucia Mott (1999) e Giselle Machado Barbosa (2016) era o de idade dessas parteiras. A noção de que se tratavam apenas de praticantes com mais idade é contrariada ao examinar os anúncios de periódicos em que anunciavam seus serviços. Podemos observar com o longo tempo de atuação de muitas delas, que tornava improvável a ideia de serem apenas mulheres de faixa estaria mais avançada.

Giselle Barbosa (2016), em sua dissertação “As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)”, apresenta a estimativa do número de parteiras que atuavam no período indicado, principalmente a partir dos dados presentes nos anúncios publicados, que indicavam, por exemplo, que o tempo de atuação das parteiras sinalizava que essas mulheres não seriam necessariamente mais velhas. Nestes termos podemos apresentar o anúncio da parteira Mme. Pascal, também de origem francesa, o qual indicava que a mesma prestou serviços por um período de 9 a 10 anos. Além disso, os anúncios traziam outras informações como:

Mme. Pascal, professora de parto, discipula de Mr. Dubois, pai, aprovada na Maternidade de Pariz, pela Junta Medica de Buenos-Ayres, e pela Faculdade de Medicina d’esta corte, autorizada pela Câmara Municipal, onde seus diplomas se achão registrados, faz sciente a todas as pessoas da sua amizade, e às que a quizerem honrar com sua

¹⁸ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data: 1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

confiança, que a acharão prompta a toda a hora, tanto de dia como de noite, para exercer sua profissão, na rua d’Ajuda, 53. ¹⁹

Outro exemplo interessante é o da parteira Marie Josephine Mathilde Durocher (1809-1893), que se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1834, com 24 anos, e continuou anunciando seus serviços até o ano de sua morte em 1893 (MOTT, 1999a: 6).

Mme. Durocher, parteira francesa que veio a naturalizar-se brasileira em 1834, foi a primeira aluna a se matricular e a obter o diploma no Curso de Partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834. Ainda segundo M. Lucia Mott, a própria Mme. Durocher teria decidido pelo ofício de parteira, seguindo o exemplo de parteiras que conhecia, como a Mme. Pipar e a Mme. Berthou (MOTT, 1994: 115). Logo, podemos entender o significado das relações sociais e das influências de outras parteiras na definição de suas trajetórias.

Ao analisamos a trajetória desta parteira, podemos notar sua presença junto a outros profissionais, além das parteiras, como médicos. Em 1857, já havia um anúncio comunicando que ela trabalhava em consultório obstétrico, em associação ao médico Dr. O. Araujo e à parteira F.R. Ferreira. A sociedade com o Dr. Araujo não foi a única, pois eles dividiram consultório entre os anos de 1876 e 1880, e anos mais tarde, no período de 1883 e 1884, os anúncios registram que atuava em local compartilhado com o médico Araújo Filho (MOTT, 2005).

Em documentos consultados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pudemos observar outro aspecto dessa parceria profissional. Em carta à Câmara Municipal apresentado em dezembro de 1878, Madame Durocher estaria recorrendo à autoridade local em decorrência de uma intimação que recebera do Inspetor de justiça, que havia sugerido que a mesma tinha uma “Casa de Maternidade”. No mesmo documento, sinalizava que “a suplicante espera prompto deferimento do que vier seguir”, indicando que esperava que essa acusação não fosse levada adiante.

Dias depois, encaminhou outra carta à Câmara Municipal, apresentando suas referências e qualificações, como membro da Academia Imperial de Medicina e parteira da Princesa Leopoldina, e reclamando das acusações “inexatas” que haviam sido feitas:

Maria Josephine Mathilde Durocher, moradora da rua General da Câmara, n.94, parteira na Santa Casa Imperial e da Princeza D.

¹⁹ PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1847*. p.291. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/1399>

Leopoldina, Duquesa de Saxe, membro da Academia Imperial de Medicina, tendo sido intimada pelo Fiscal da freguesia de Sacramento para pagar uma multa por ter Casa de Maternidade, vem respectivamente, a N. Sra. reclamar contra essa inexatidão, pois, desde que exerce a sua profissão nunca se entregou a especulação de Casa de Maternidade, essa proba pelo atestado junto. O que sempre tem tido é um consultório, conjuntamente com um médico. Assim, espera que N. Ex. se segue rectificar essa inexatidão e relevar a multa²⁰.

Embora aparecesse a referência a trabalho em ambiente compartilhado com um médico, que estaria sendo compreendido como “Casa de Maternidade”, Durocher reiterava que este era apenas um consultório, como sempre o havia tido. O documento ainda indicava que a parteira havia sido multada pelo inspetor, e que mesma solicitava uma retificação da denúncia tão inexata.

Entretanto não localizamos outros documentos que sinalizassem alguma solução para o ocorrido. Mas, a partir do trabalho de Maria Lucia Mott, “Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época”, temos a indicação de que outra vistoria teria sido realizada ainda naquele ano e que fora atestado que a parteira não tinha “em sua residência casa de maternidade” (MOTT, 1998: 184).

O crescimento do número de parteiras praticantes no decorrer do século XIX pode ter significado a existência de concorrência na arte de partejar. Todavia, as trocas e parcerias entre as madames do parto também faziam parte da realidade daquele ofício no Brasil oitocentista. Como comentamos anteriormente, as chamadas “comadres” muitas vezes eram mentoras daquelas que aspiravam adentrar no ofício da parturição, e por vezes trabalhavam em conjunto, instruindo as novas praticantes da arte do parto. Vemos em anúncios essa parceria entre algumas parteiras, que dividiam a moradia ou mesmo a clientela. Além do campo das mulheres, encontrava-se, também, alguma parceria entre médicos e parteiras licenciadas ou diplomadas.

A identificação dos distintos perfis de parteiras atuantes no contexto no Rio de Janeiro deu-se principalmente a partir de trabalhos como os de Mott, Barbosa, Pimenta e Barreto, tendo esta última analisado também o perfil das parteiras na Bahia, em comparação às do Rio de Janeiro. O procedimento para requerer a licença para atuar nos fornece informações sobre uma fração das parteiras atuantes no período, visto que ainda existiam aquelas que atuavam clandestinamente - seja por falta de meios para solicitar licença ou por não ver necessidade desta autorização para continuar sua prática – e tem

²⁰ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

suas aparições em registros em fontes mais escassas. Não obstante, o custo para solicitação de exame era motivo pelo qual grande parte das profissionais não conseguia requisitar a licença, não somente pelo valor do exame, mas também pela despesa de deslocamento até o local onde este seria realizado. Apesar da necessidade da licença para prática do ofício da parturição, é possível ver em periódicos aquelas que anunciavam seus serviços, explanando que mesmo sem a licença tinham experiência e competência para atuar.

Será que as exigências para o ingresso no curso de parteiras não poderiam estar relacionadas com o desejo dos reformadores do ensino médico não só de valorizar socialmente a profissão, já que a parturição era um campo profissional que começava também a ser atraente para os médicos, como também restringir o acesso das mulheres ao curso, reduzindo assim o número de parteiras diplomadas? A disputa pela clínica particular no final do século XIX e início do XX, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, parece ter sido muito acirrada. (MOTT, 1999; p.157)

Aspecto importante quanto ao descrédito das Artes de Curar e de seus praticantes está conectado às condições sociais, raciais e econômicas dos profissionais que atuavam nesse campo desde os primeiros séculos no Brasil.

Alguns estudos sobre a arte dos partos no país, produzidos na década de 90 do século passado, trouxeram uma nova perspectiva para a análise sobre os praticantes dessa arte, ao indicarem que entre as razões da procura por essas parteiras, em detrimento de outros praticantes de medicina, podia estar presente a possibilidade de um certo reconhecimento que as mesmas haviam alcançado e a preferência entre as mulheres do período pelo seu atendimento.

Por outro lado, M^a Renilda Barreto lembra que a preferência pelo atendimento de médicos homens foi consolidada somente na segunda metade do século XX, como resultado de toda uma construção que foi sendo definida ao longo do século anterior para favorecer o estabelecimento de confiança por parte do público feminino (BARRETO, 2001: 152).

A despeito da heterogeneidade de formação e de condições das parteiras, tanto brasileiras quanto estrangeiras, leigas, examinadas ou diplomadas, observamos que todas procuravam divulgar seus serviços nas páginas de periódicos da primeira metade do XIX, fornecendo as mais diversas informações, como seus conhecimentos, suas práticas, os locais de atuação e (BRENES, 1996: 217).

Segundo Santos Filho (1991), as parteiras francesas, que vinham para o Brasil oferecer seus serviços, não eram conhecidas apenas por realizar partos, mas também se encarregavam de outras funções, tais como, cuidar de moléstias do útero, vacinar, e sangrar suas parturientes. Além disso, muitas dessas parteiras estrangeiras foram responsáveis pela disseminação de novos aparatos e invenções ainda pouco disseminadas no Brasil, como registra o anúncio no *Jornal do Commercio* de 1831:

O Sr. Breton, Irmão do Sr. e da Sra. Breton Parteira em Paris, munido de huma Provisão pelo Governo para o bico do peito e garrafinha artificiaes, cuja importância tem sido reconhecida pela Faculdade de Medicina de Paris depois de muitas experiencias, tem a honra de participar ao respeitável Publico, que pela concessão que lhe fez os seus Irmão e Irmã, do dito Privilegio, ele se acha em termo de fazer gozar esta Corte dos relevantes serviços que presta esta preciosíssima descoberta. Como o socorro do bico, a mãe pode dar de mamar á sua criança, ainda que o peito seja dilacerado, inflamado ou doloroso; e de mais serve esta invenção á criar hum bico no peito de huma mulher que não o tem. A garrafinha, faz as vezes de hum peito com muita vantagem, e faz com que se possa dar de mamar a huma criança recém nascida, e evita tudo que pode succeder de mal á saúde de huma criança nutrida por amas Extranjeiras.²¹

Em suma, pode-se perceber que o perfil das parteiras na cidade do Rio de Janeiro era amplo, considerando os aspectos etários, raciais, econômicos e jurídicos. A descrição do perfil dessas mulheres, de suas motivações para exercer o ofício, da busca pelas licenças e pela formação, presentes em anúncios e documentos oficiais, nos possibilita perceber essa diversidade.

Apesar da regulamentação e da fiscalização das artes de curar, com o estabelecimento de limites e controle do ofício das parteiras, entendemos que estas não foram de todo impeditivas à prática de parteiras, muitas quais continuaram atuando mesmo que sem atender as exigências da Fisicatura-mor e posteriormente da Câmara Municipal.

1.3 - O curso de partos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Ao analisar a trajetória das diversas parteiras, no Brasil oitocentista, percebemos a importância de analisar questões como sua formação, seus conhecimentos e sua destreza na prática desse ofício. Seja pela experiência ou pela mentoria de outras mulheres, ou mesmo em decorrência de uma formação oficial nas instituições de ensino médico-

²¹ NOTÍCIAS Particulares. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, v.2, n.143, p.3-4, 7 de fevereiro de 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/1308 Acesso em 10 de janeiro de 2022.

cirúrgico, as parteiras atuantes neste período desenvolveram suas trajetórias de forma distinta, o que influenciou nos preceitos e na prática de amparo à saúde feminina.

Como vimos a existência de um Curso de Partos, como o que viria a ser oferecido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na da Bahia, não era realidade no início do XIX. Não obstante, ainda possibilita refletir sobre a influência do meio médico-científico no que viria a ser uma área de estudo específico do corpo feminino e as alterações consolidadas a partir disso.

Com a mudança da Família Real para as terras brasileiras foram necessárias várias mudanças e adaptações em diversos aspectos para adequar-se àquele novo cenário. Podemos ver exemplos disso na permissão, concedida pelo Príncipe Regente D. João, para a existência da imprensa, propiciando a publicações de obras, o que antes não era permitido.

Outra criação importante foi a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1808. Funcionando nas dependências do Hospital Real Militar, no centro do Rio de Janeiro, a escola também se propunha a realizar um curso de ligaduras, partos e operações de cirurgia. Inicialmente o ensino contemplava somente os conhecimentos de cirurgia e de anatomia, e depois incluiu as disciplinas de anatomia e fisiologia, terapêutica cirúrgica e particular, medicina cirúrgica e obstétrica, medicina, química e elementos de matéria médica e de farmácia. Nesta época, para ingressar na instituição o candidato deveria saber ler e escrever, e compreender as línguas francesa e inglesa (ESCOLA ANATÔMICA, 2021).

O cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém (1775-1849), que havia sido nomeado, em 1808, professor da cadeira de anatomia da recém criada Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, também ministrava um curso de ligaduras, partos e operações de cirurgia. Mazarém posteriormente retornou a Portugal, onde tornou-se lente da cadeira de obstetrícia e diretor da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa, e publicou a “Recopilação da arte dos partos, ou quadro elementar obstetricio para instrução das aspirantes que freqüentão o curso de partos” (1838).

A nomeação de Mazarém deve ser destacada, pois segundo Ana Paula Vosne Martins (2004) o médico buscou aproximar o ensino nas escolas médicas brasileiras aos estudos produzidos na Europa, principalmente na França e Inglaterra. Todavia, ressalta a autora, mesmo com o empenho de Mazarém, o ensino do ofício da parturição continuou com suas limitações e predominantemente teórico até a segunda metade do XIX. Em seu trabalho “A ciência do parto e a atuação de Joaquim da Rocha Mazarém”, Maria Renilda

Nery Barreto analisa a trajetória e a influência do médico Mazarém na chamada “ciência do parto”. A autora cita, como um contraponto aos estudos historiográficos que se referiam a possíveis turbulências na relação entre parteiras e cirurgiões, o exemplo de Mazarém, que defendia a formação das parteiras, e desconsiderava as visões pejorativas a respeito das chamadas madames do parto (BARRETO, 2007: 59).

Segundo Martins (2004), o ensino da obstetrícia no Brasil, embora referido já nas diretrizes das escolas médicas, em 1808, iniciou-se mesmo apenas no ano de 1818, quando foram reformulados planos de estudo dessas instituições.

O ensino da obstetrícia tinha suas limitações, sofrendo oposição por parte do meio médico e sendo negligenciado em comparação a outras áreas de conhecimento médico. As aulas eram quase que inteiramente teóricas, a partir de livros, compêndios e exposições, e as poucas aulas práticas ocorriam, sem condições adequadas, no hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (MARTINS, 2004; 142).

Importante mudança para a formação das parteiras veio a partir de reformas propostas pela Lei de 3 de outubro de 1832, que deu nova organização a essas instituições de ensino médico, transformando as então academias médicas em Faculdades de Medicina, do Rio de Janeiro e da Bahia. Nesta reestruturação, estas instituições passavam a ter um curso médico cirúrgico (de seis anos), um curso de farmácia (de três anos) e um de partos, e após a conclusão desses cursos eram concedidos, respectivamente, os títulos de Doutor em Medicina, de Farmacêutico e de Parteira. Cabia às faculdades de medicina a verificação e validação dos títulos de médicos, cirurgiões, boticários e parteiras que tivessem sido conseguidos em escolas fora do país (ESCOLA ANATÔMICA, 2021). O quadro de disciplina proposta pela instituição era formado por: física médica; botânica médica e princípios elementares de zoologia; química médica e princípios elementares de mineralogia; anatomia geral e descritiva; anatomia; fisiologia; patologia externa; patologia interna; farmácia, matéria médica, especialmente brasileira, terapêutica e arte de formular; anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos; partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos; higiene e história da medicina; e medicina legal.

A disciplina de partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos, era oferecida no 5º ano do curso, e em 1833 tinha como professor o médico Francisco Júlio Xavier (1809-1856). Posteriormente, foram professores da disciplina Domingos Marinho de Azevedo Americano, entre 1850 e 1851, Luiz da Cunha Feijó, de 1851 a 1872, e Luiz da Cunha Feijó Filho, de 1872 até 1911. Em 1861, também,

Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1835-1909), reassumiu seu cargo de professor substituto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ficando encarregado da regência das cadeiras de partos e de anatomia topográfica.

Posteriormente, com a Reforma Bom Retiro, de 1854, os três cursos foram mantidos, e ficou estabelecido que o curso de partos, então chamado de obstetrícia, teria a duração de dois anos. A disciplina de partos, moléstias de mulheres peçadas e de recém-nascidos era oferecida no 4º ano do curso de medicina. O curso de obstetrícia era constituído pela cadeira de partos (lecionada nos dois anos) e pela clínica (exercícios em enfermaria especial), sob supervisão de um lente, na Santa Casa da Misericórdia ou em uma casa de maternidade a ser criada pelo Governo (ESCOLA, 2021).

Cabe a ressalva de que, a separação do ensino obstétrico e ginecológico só veio a ocorrer efetivamente no início do século XX (MARTINS, 2004).

No curso de partos, oferecido nas Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, os conhecimentos sobre o parto e a parturiente eram ministrados por professores que lecionavam também para alunos do curso médico cirúrgico. As parteiras eram examinadas por médicos das cadeiras ligadas à cirurgia e à obstetrícia.

Dessa forma houve uma reestruturação dos cursos ofertados, novas disciplinas e novos professores, que proporcionou alguns avanços na formação de profissionais nas artes do parto. A instauração do curso de partos regular numa instituição médica formal, para instrução daquelas que desejassem adentrar o ofício da parturição, atraiu algumas mulheres para suas aulas, causando alguma influência no perfil das mulheres atuantes nesse campo.

Assim como o ensino em alguns países da Europa, a formação das parteiras no Brasil passou por mudanças durante o século XIX. Em trabalhos como de Brenes, “Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris: conflito entre parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX” (1996) podemos observar o histórico e o desenvolvimento do ensino da arte de parto e formação e titulação das parteiras. O estudo das parteiras francesas é vital, visto a atuação de tantas francesas no Brasil, e claro, pela própria autora do manual analisado, Mme. Berthou. Atentando para o fato de o modelo francês ter influenciado o ensino no Brasil.

Reflexos de um ensino teórico podem ser vistos principalmente nas teses de conclusão de curso dos alunos das Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, que eram obrigatórias para obtenção de grau de doutor em medicina (MARTINS, 2004: 150). Nesses documentos encontram-se noções de conhecimento, conceitos produzidos

no período, e a influência de preceitos europeus. Além de também nos esclarecer quanto aos principais assuntos e tópicos escolhidos para estudo entre os estudantes das faculdades, que espelhava os tópicos considerados mais pertinentes para o meio médico.

Fabiola Rohden, em seu trabalho “Uma ciência da diferença” (2001), apresenta um levantamento das teses publicadas no período de 1833 a 1940, e constata um aumento de teses com temáticas relacionadas à gravidez, parto ou puerpério. Assim, percebe-se o crescimento do interesse pelo campo da obstetrícia a partir da segunda metade do XIX (ROHDEN, 2001).

Neste contexto, foram elaboradas muitas teses de doutoramento, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e publicadas memórias nos periódicos sobre temas relativos ao parto, à saúde da mulher. Entre as teses podemos citar:

- José Cardoso de Meneses. “Da hemorragia uterina considerada como complicação sobrevinda do processo do parto e a expulsão do feto, precedida de algumas considerações gerais sobre as hemorragias”. Tese de concurso. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1833.
- A. C. Sousa. “Parto prematuro”. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1839.
- Francisco Honorato de Moura. “Partos impossíveis”. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1840.
- Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo. “Considerações gerais acerca de certas dificuldades que o médico parteiro, pouco experiente, encontra no exercício do seu ministério”. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1847.
- Luiz da Cunha Feijó Filho. “Da embriotomia”. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1866.

Além dos médicos já referidos, outros professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se destacaram, ao longo do séc. XIX, nos conhecimentos da arte de parturição, e da obstetrícia. Atuando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro destacamos principalmente Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1835-1909), o Visconde de Sabóia, autor de “Traité théorique et pratique de la science et de l'art des accouchements” (1873), e Faculdade de Medicina da Bahia, Climério Cardoso de Oliveira (1855-1920), autor da tese “Eclampsia” (1877).

Considera-se que a partir de então o ofício da parturição passou a ser enquadrado num regimento médico-científico. Por um lado, o Curso de Parto proporcionou a autoridade científica a essas profissionais, através saberes anatômicos e patológicos. E

por outro, conduziu um saber específico das práticas de cura para o modelo médico, desqualificando o conhecimento e a prática daquelas parteiras que não tivessem a formação acadêmica. Lembramos, também, que assim o ofício da parturição foi ficando restrito àquelas que possuísem os pré-requisitos necessários para o ingresso no Curso.

A deslegitimação das parteiras tradicionais, comadres, e a regulamentação do ofício que outrora fora exclusivamente feminino, foi decorrência de aspectos políticos, sociais, econômicos e religiosos. O espaço científico era, em sua magnitude masculino, e a dominação entre gêneros influenciou nesse processo de substituição de profissionais, mas também das práticas e saberes.

Um aspecto essencial para a compreensão do processo de formação das parteiras, assim como sua prática, é entender o contexto do Império, o contexto de epidemias, e a preocupação com a saúde pública. Esta preocupação com as epidemias era manifestada pelos médicos individualmente, em seus estudos, e particularmente em sua atuação nas instituições médicas e de assistência, como a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, criada desde meados do século XVI, funcionava na praia de Santa Luzia (atual rua de Santa Luzia), na cidade do Rio de Janeiro, e tinha fins assistencialistas. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, seu hospital, realizava, por sua vez, atendimentos e prestava assistência à população da cidade do Rio de Janeiro (SANTA CASA, 2021).

Conjuntamente com esses atendimentos ao público medidas foram tomadas em relação ao cotidiano da sociedade. Desde o fim da Fisicatura-mor, em 1828, as Câmaras é que eram responsáveis pela regulamentação das questões de higiene da cidade, das condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro. A regulamentação de hábitos alimentares, lazer, vida privada e da vida pública foi baseada em um saber médico recém incorporado à higiene.

Por um lado, é importante lembrar que os cursos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir de 1813, foram realizados nas instalações da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, localizada na praia de Santa Luzia. -Depois, embora alguns cursos tenham retornado para o extinto Hospital Militar, o ensino das cadeiras de clínica médica e cirúrgica ainda era realizado na Santa Casa da Misericórdia (ESCOLA ANATÔMICA, 2021).

Pensar na Santa Casa da Misericórdia como ambiente de formação de profissionais da saúde é inevitável. Tendo em vista que a maior parte das aulas do curso

de parto passaram a ser ministradas nas enfermarias da Santa Casa, bem como outras aulas e cursos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, podemos considerar essa instituição de assistência como um ambiente de formação e de circulação de conhecimentos médicos.

Podemos observar que a criação do Curso de Partos, destinado a promover formação neste ofício, acabou por restringir a prática, mesmo que não intencionalmente, daquelas mulheres que não atendiam aos pré-requisitos para ingresso no curso de partos. De acordo com a Lei de 3 de outubro de 1832, que conferiu nova organização às então denominadas Academias Medico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia, para matricular-se no curso de parto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro as mulheres deveriam ter pelo menos 16 anos, saber ler e escrever corretamente, apresentar um atestado de bons costumes do Juiz de Paz de sua freguesia, e pagar a taxa de matrícula de mil réis:

Art. 22. O estudante, que se matricula para obter o titulo de Doutor em Medicina, deve: 1º Ter pelo menos dezaseis annos completos: 2º Saber Latim, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Ingleza, Philosophia Racional e Moral, Arithmetica e Geometria. O que se matricula para obter o titulo de Pharmaceutico, deve: 1º Ter a mesma idade: 2º Saber, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Ingleza, Arithmetica e Geometria, ao menos plana. A mulher, que se matricula para obter o titulo de Parteira, deve: 1º Ter a mesma idade: 2º Saber ler, e escrever correctamente: 3º Apresentar um atestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguezia respectiva.²²

Desta forma, podemos entender a razão pela qual certas mulheres acabavam por não participar do curso de partos, tendo em vista os requisitos que dificultavam o acesso a um público mais amplo. Posteriormente, com a Reforma Bom Retiro, implementada com o decreto nº1.387, de 28/04/1854, para o ingresso no curso obstetrício era exigido leitura e escrita, conhecimento das quatro operações da aritmética e francês. Ainda como critério para o ingresso, estabeleceu-se que as mulheres que quisessem frequentar este curso deveriam ter pelo menos 21 anos de idade, no caso das solteiras deveriam apresentar a licença de seus pais, e, sendo casadas, o consentimento de seus maridos. Por este decreto os cirurgiões, boticários e parteiras teriam que passar por dois exames, um teórico e outro prático. E o 1º exame para as parteiras seria sobre partos²³. Percebe-se, então, algumas

²² BRASIL. Lei 3 de outubro de 1832. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html Acesso em: 08 de agosto de 2021.

²³ BRASIL. Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/392481/publicacao?tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>

condições que poderiam representar uma dificuldade de acesso ao curso para muitas mulheres.

No âmbito dessa reforma de 1854, o curso de obstetrícia, ainda oferecido pelo professor de obstetrícia, seria formado pela cadeira de partos, em dois anos, e pela de clínica realizada sob a orientação de um professor e realizada na Santa Casa da Misericórdia, ou em uma casa de maternidade a ser criada (ESCOLA ANATÔMICA, 2021).

Segundo Brenes, a construção desse discurso sobre a prática obstétrica deu-se a partir da incorporação de técnicas das parteiras leigas, ou curiosas (BRENES, 1991: 2). Por esse viés, podemos enxergar como a mulher como sujeito histórico, e a diferença perceptível da participação desses agentes em locais que antes restringiam suas atuações. Analisar o conjunto de limitações à presença e à atuação dessas mulheres em ambientes médicos e acadêmicos, nos conduz necessariamente a problematizar questões mais amplas sobre o ofício de parturição e as parteiras na primeira metade do século XIX no contexto do Império.

A eloquência dos médicos na desqualificação das parteiras – caracterizadas como mulheres ignorantes e cheias de credices, cuja atividade punha em risco a vida da mulher e do bebê – ajudou os cirurgiões-parteiros na sedimentação e legitimação da própria profissão, rompendo, assim, a longa preponderância da autoridade das comadres no que se refere ao ato do nascimento. (BARRETO, 2007: 220)

1.4 - Vulgarização dos conhecimentos e da arte da parturição

Procuramos, aqui, analisar os manuais médicos, como o de Estephania Berthou (1806-), na perspectiva da vulgarização dos conhecimentos. Estamos utilizando o termo “vulgarização dos conhecimentos” compreendendo-o como tendo como objetivo:

(...) promover a cultura científica para todos, por meio de uma linguagem amena, diferentemente de outros periódicos, aqueles vinculados às associações, sociedades científicas e instituições científicas, que buscavam difundir as novidades do mundo da ciência para quem, que por força de ofício, compartilhavam estes conhecimentos com seus jargões teóricos próprios (FONSECA, 2018: 640)

O uso do termo “vulgarização dos conhecimentos”, também indicou alguns debates acerca do possível caráter pejorativo que a palavra “vulgarizar” poderia transmitir.

Assim, a ideia de vulgarização percebida é a de transmissão de conhecimento para população geral, não restringindo os avanços e novidades do mundo científico àqueles já presentes neste meio. No Brasil do séc. XIX, o principal espaço para as ações de “vulgarização” dos conhecimentos, foi a imprensa, por meio de periódicos e publicações científico-literárias. Para que isso ocorresse, foi adotada uma linguagem acessível e amena, linguagem esta que não utilizava necessariamente vocábulo técnico ou científico, sendo, então, atrativa e de fácil compreensão.

Ainda acerca da vulgarização, como Moema Vergara destaca, importante a discussão sobre a ideia de tradução dos conhecimentos para um público amplo. Esta questão é alvo de discussões, apresentando abordagens de que a vulgarização seria sempre um discurso derivado de um original, ou com a perspectiva de que a vulgarização seria complementar a prática científica, continuando a comunicação da ciência (VERGARA, 2008).

A vulgarização científica nos oitocentos estava muito relacionada ao movimento de institucionalização da prática científica (VERGARA, 2008), pois este tinha intuito de profissionalizar os cientistas e garantir sua autonomia. Dessa forma, a análise dos órgãos reguladores, bem como, a criação do Curso de Partos, deixa mais evidente o movimento que estava ocorrendo no período, com a institucionalização das ciências, a criação e de espaços de formação e de prática em alguns campos de conhecimentos.

A principal fonte analisada, o “Compêndio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia às parteiras na Arte dos Partos, procedido d’hum dissertação sobre o Tacto”, publicado em 1830 pela Typographia Imperial de Émile Seignot-Plancher, por Estephania Berthou (1806-), era um manual direcionado às mulheres, com o intuito de transmitir saberes que poderiam ser indispensáveis as parteiras iniciantes em seu ofício ou mesmo aquelas que desejavam entrar na profissão. Neste sentido, podemos percebê-lo como um documento que objetivava vulgarizar os conhecimentos da arte da parturição. Tratando-se de um compilado de informações adquiridas pela parteira Estephania Berthou, desde sua formação na França até sua experiência como parteira no Rio de Janeiro, reúne e adapta os melhores ensinamentos franceses para auxiliar aquelas que intencionavam adentrar nesse ofício. Cabe destacar

que que em sua obra, Mme Berthou ainda indicou as técnicas e os procedimentos que só deveriam ser executados por aquelas que tinham os conhecimentos básicos em anatomia.

Vera Beltrão Marques (2004) destaca, em seu artigo, que essa ideia de divulgar informações, de educar a população, em conhecimentos médicos e em prol da saúde, por meio de manuais esteve presente desde o final do séc. XVIII a ao longo do século XIX.

No Brasil oitocentista, além do manual da parteira Estephania Berthou (1806-), tivemos a circulação de outros manuais, como:

- Joaquim da Rocha Mazarem. *Quadros synopticos das molestias das mulheres de parto e dos recém-nascidos*. Lisboa: Typ. de J. M. R. e Castro, 1839.
- J. B. A. Imbert. *Guia Medica das Mães de Familia ou A Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.
- Antonio Ferreira Pinto. *O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.
- Joaquim Antonio Alves Ribeiro (1830-1875). *Manual da parteira, ou, Pequena compilação de conselhos na arte de partejar: escrita em linguagem familiar*. Fortaleza [Brasil]: [s.n.], 1861.
- José Pires de Almeida. *Guia da mulher pejada. Preceitos hygienicos. Molestias e accidentes. Seu tratamento: alopático pelo autor; homeopathico, pelo Dr. Castro Lopes; e dosimetrico, pelo Dr. José de Goes. Precedidos do calendário da prenhez com o qual pode marcar o dia do parto, a época da fecundação e o período em que se devem sentir os movimentos do feto*. Rio de Janeiro: Typ., lith. a vapor, livr. encad. Lombaerts & C., 1882.

Comentaremos, a seguir, alguns dos manuais médicos publicados no período, em ordem cronológica, procurando compreendê-los a partir das características centrais de publicações voltadas à vulgarização do conhecimento.

Na obra de Joaquim da Rocha Mazarém, “Quadros synopticos das moléstias das mulheres de parto e dos recém-nascidos” (1839), a intenção apresentada destoava dos manuais identificados na sequência. O seu objetivo o de instruir, mas atrelado à institucionalização do ensino e das reformas das escolas médico-cirúrgicas em 1836. Logo, em sua introdução expôs a necessidade de descrever todas as moléstias às quais as mulheres e os recém nascidos estariam suscetíveis, tendo em vista a criação da 6ª cadeira nas escolas médico-cirúrgicas, intitulada “Partos, moléstias das mulheres de parto, e dos recém-nascidos”. Segundo Mazarém, as orientações e os conhecimentos que seriam

apresentados no manual, ultrapassariam o tempo do ano letivo, e seriam convenientes a todos aqueles que a lei assim determinasse.

A criação de um manual que além das referências às moléstias, apresentasse os de preceitos importantes para a saúde da mulher e do recém-nascido, se enquadra bem no argumento apresentado por Betânia Figueiredo em seu trabalho “Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular” (2005). A autora pontua que as noções de saúde e de doença foram constituídas em cada período, definindo os critérios para entender o que seria um corpo saudável ou não, e a própria compreensão do corpo (FIGUEIREDO, 2005: 2).

Analisando a constituição destes manuais, realizada num contexto de institucionalização das ciências no país, podemos perceber como os manuais tenham auxiliado como instrumento para disseminação de um conhecimento científico, e também para o reconhecimento e credibilidade dos médicos e acadêmicos. O estabelecimento de normas, de preceitos padrões, indicados para garantir a manutenção da saúde, foi importante para alicerçar o campo médico voltado para o corpo feminino, então em processo de institucionalização. Os autores dos manuais, seriam os “mediadores culturais” na área da medicina, com o papel de promover o elo entre o meio acadêmico e a sociedade (FIGUEIREDO, 2005: 11).

Cabe pontuar que nossa referência a público leigo, se adequa à compreensão de Betânia Figueiredo (2005), ou seja, aqueles que não tinham uma formação médica oficial, ou instrução a partir de cursos próprios. A partir de manuais, como o “Compendio” de Mme. Berthou, podemos conhecer o contexto da assistência do parto, a disputa entre os médicos e as parteiras diplomadas ou licenciadas, e sua relação com a consolidação e difusão dos saberes médicos. Logo, a escrita destes manuais pode ser interpretada também, como fator colaborador ao processo de reconhecimento do papel do médico. Ademais, compreender as possíveis redes de comunicação entre os manuais publicados, como a elaboração, aceitação e circulação para um público (FIGUEIREDO, 2005: 11).

Assim como a compreensão de que havia diversidade entre os níveis de formação presentes entre o público leigo para o qual eram destinadas essas obras.

O francês Jean-Baptiste Alban Imbert publicou, em 1843, o “Guia Medica das Mães de Família ou A Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentos”, referida como de “medicina doméstica”. Como o título já indicava, a obra era destinada às mães de família, mas também ao público geral que pudesse beneficiar-se de preceitos médicos e higiênicos a serem seguidos que proporcionassem uma gravidez sem riscos.

Outro ponto enfatizado por Imbert foi o dever do médico de combater as ameaças e de garantir a saúde e a vida. Essas obrigações eram extensivas a todos, independentemente de suas nacionalidades. Dessa forma, reconhecendo as necessidades do país em ter um manual de medicina doméstica em circulação – dada a ausência até mesmo de medicina em diploma – para que fosse de bom uso as mães:

He pois esta empresa, se me não illudo, sufficientemente justificada pelas circumstancias, que a ella me levárão, e por consequencia não foi desrasoavel perseverar; todavia para satisfazer a obrigação conscienciosa, que este projecto me impinha, vi que era de mister aprofundar o assumpto para poder desenvolve-lo convenientemente, e em conformidade do fim de utilidade, que eu pretendia imprimir-lhe. Foi neste fim que busquei de preferencia os preceitos mais simples, mais fáceis, e menos arriscados na applicação²⁴.

Destacava-se a observação de que, segundo o autor, seria essencial o aprofundamento no assunto para que pudesse cumprir com os objetivos do guia. Considerando-se, ainda, que mesmo na vulgarização do conhecimento médico, existiam fronteiras que não teriam como ser ultrapassadas, seja pelo desfalque da tradução, ou mesmo por adaptação de saberes científicos a um público leigo. O autor buscou no guia incluir os preceitos fundamentais para a prática e auxílio da mulher prenhe, mas sem arriscar-se a ir além de conceitos de difícil entendimento.

Vemos na obra “Manual da parteira ou pequena compilação na arte de partejar, escrita em linguagem familiar” (1861) de autoria de Joaquim Antonio Alves, doutor em medicina, semelhanças com outras obras citadas. Podemos ver essas semelhanças já na justificativa apresentada para a publicação, ou seja, a ideia de escrever um livro que “preste utilidade”, que pudesse ser útil àquelas parteiras que seguissem as indicações deste, embora reconhecesse seus limites ordinários. Em seu prologo o autor comunicou:

A nossa linguagem he a mais vulgar possível, sem estilo e correcção, os erros ficão por conta da nossa originalidade. Se conseguirmos o fim, que temos em vista, demos-nos por bem pagos do nosso trabalho, que por certo nos servirá de estímulo para emprendermos escriptos de maior alcance, e mesmo melhorar o presente²⁵.

Percebe-se nestes manuais, nestes instrumentos de vulgarização dos conhecimentos, a preocupação com uma linguagem simples, que seria acessível a um

²⁴ IMBERT, Jean-Baptiste Alban. *Guia medica das mães de familia, ou A Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentos*. Rio de Janeiro: Tipografia Franceza, 1843. p. 11.

²⁵ RIBEIRO, J. *Manual da parteira, ou, Pequena compilação de conselhos na arte de partejar: escrita em linguagem familiar*. Fortaleza [Brasil]: [s.n.], 1861. p.3.

público não especializado, tendo em vista o propósito de levar o conhecimento à população, e sua serventia desses saberes no cotidiano das pessoas.

A questão da formação ainda precária das parteiras também pode ser observada nos discursos de alguns desses médicos, pois pretendiam instruir aquelas praticantes que, mesmo com um ensino formal, ainda apresentavam carência em alguns conhecimentos, o que poderia prejudicar na assistência e no cuidado das parturientes.

O médico José Pires de Almeida, em seu “Guia da mulher pejada. Preceitos higienicos. Molestias e acidentes” destacou que esse manual se caracterizava por seu caráter vulgarizador, igualmente presente em tantos outros em circulação no período:

(...) pois o assumpto deste livro, maneiro, singelo, despido de pretenções scientificas, porém cheio de preceito práticos para bem encaminhar as futuras mães, de modo a não deixarem expostas aos azares da rotina, da indiscrição, ou mesmo, das preocupações, a vida e saúde de dous seres, dos quaes dependem – a um tempo – a riqueza da família e o bem da sociedade²⁶ (ALMEIDA, 1886: 15).

A intenção de comunicar os saberes médicos, adequando-os à realidade dos leitores não instruídos nas práticas médicas, foi afirmada na expressão “despido de pretensões científicas”, que sinalizou seu interesse de apresentar de forma simplificada os conhecimentos técnicos para que estes fossem aplicáveis e prevenissem adversidades.

Os manuais entendidos como tais, além de levar os conselhos e conhecimentos para população, também alcançavam outros objetivos:

Se por um lado havia uma preocupação em difundir normas de higiene e de viver com saúde, visando impedir ou mesmo tratar as doenças que assolavam as populações, o intento desses manuais parece também ter sido outro: regrar procedimentos, formas de tratar os doentes e suas doenças, em um esforço normatizador que colocava o médico mesmo nos lugares nos quais ele não era encontrado. (MARQUES, 2004: 39)

Segundo Barreto (2016), o parto até o XIX, era um assunto feminino que envolvia diferentes redes de solidariedade e de exercício de poder. A entrada dos médicos na ciência dos partos fez com que, gradualmente, houvesse a transferência do protagonismo feminino na assistência as mulheres, para os médicos, homens. Dessa forma, observar os manuais, como o “Compendio” de Mme.Berthou, não apenas como veículos de

²⁶ ALMEIDA, José Pires de. *Guia da mulher pejada. Preceitos higienicos. Molestias e accidentes. Seu tratamento: alopático pelo autor; homeopathico, pelo Dr. Castro Lopes; e dosimetrico, pelo Dr. José de Goes. Precedidos do calendário da prenhez com o qual pode marcar o dia do parto, a época da fecundação e o período em que se devem sentir os movimentos do feto.* Rio de Janeiro: Typ., lith. a vapor, livr. encad. Lombaerts & C., 1886. p.15.

transmissão de conhecimento, mas também, como interesses individuais que refletiam nos interesses de instituições e suas práticas (BARRETO, 2016: 18).

Vimos que outras obras semelhantes foram publicadas no período, caracterizando guias de medicina domésticas ou manuais, estes nem sempre tinham o mesmo intuito, mas todos influíam na produção de conhecimentos e conceitos médicos disseminados até então. Por um lado, haviam as obras que tinham como objetivo produzir ou transmitir um conhecimento com linguagem fácil para aqueles que quisessem o aprendizado da ciência dos partos, como o de Mme. Berthou, ou do médico Joaquim Antonio Alvarez. Por outro, aqueles que também pretendiam estabelecer preceitos médicos de uma área que estava sendo consolidada, e que deveriam ser disseminados, como o médico Mazarém.

Percebe-se como a prática de vulgarização auxiliou na consolidação da prática científica, dando credibilidade aos estudos e especializações acadêmicas, erguendo as fronteiras do que era ciência ou não (VERGARA, 2008). Estabelecendo uma conexão entre a ciência e a sociedade, o vulgarizador virou o intermédio entre a ciência e a sociedade. Buscando traduzir a linguagem científica para o restante da sociedade, mas por vezes não conseguindo cumprir essa tarefa, visto que, não era possível traduzir o conhecimento em sua magnitude sem o rigor científico.

A intenção de comunicação da ciência para diferentes camadas da sociedade estava associada à ideia de formação do povo e de construção de nação. O alcance dos conhecimentos científicos vulgarizados, representava o instrumento para a formação da população geral, principalmente os trabalhadores, mulheres e crianças. As temáticas abordadas por esses vulgarizadores não se restringiam apenas a uma área de conhecimento, englobando os campos da medicina, física, geografia, química e demais assuntos em destaque na época.

Podemos, ainda, compreender como a institucionalização da ciência e a regulamentação das profissões e práticas de medicina tiveram reflexos diretos na sociedade. Compreendemos que a ciência não ficou restrita apenas ao campo acadêmico, tendo suas descobertas e avanços sido levados para a sociedade, visando o desenvolvimento cultural e tecnológico da nação. O mundo da ciência, assim, extravasaria para outras esferas e se manifestaria em várias instâncias da vivência humana (VERGARA, 2008).

Analisar as fontes aqui referenciadas como ações de vulgarização dos conhecimentos científicos nos traz grande aporte de dados para compreender melhor o processo de institucionalização das ciências no país contexto nacional. O papel do

“mediador” ou “vulgarizador” foi importante no processo de institucionalização e legitimação da ciência, dando aporte para que a sociedade pudesse enxergar o cientista com confiança e vendo em suas práticas e estudos utilidades e aplicabilidade.

O termo “vulgarização” amplamente utilizado no período, baseado no modelo francês de meados do século XIX, encontrava-se atrelado a ideias de tornar o conhecimento científico mais amplo (VERGARA, 2003; 11). Ainda no Brasil, o uso do termo deveu-se à influência do modelo francês de ensino e ciência, e à circulação de obras de autores europeus.

Compreendemos esses veículos de vulgarização científica como instrumentos que buscavam a transmissão de conhecimentos científicos, e para tal, apresentava um estilo e linguagem acessíveis, fugindo do padrão de linguagem científica. E neste sentido compreendemos o “Compendio” de Mme. Estephania-Berthou.

Fossem periódicos, ou manuais, direcionados à vulgarização das ciências, esses apresentavam características diversas de acordo com as intenções de seus autores, e os públicos a que se destinavam. Neste sentido, como eixo condutor, importava a tradução dos conceitos, e em consequência a transformação de um conhecimento para entendimento de um público não especialista (FRANÇA, 2020: 23).

Mesmo conseguindo fazer com que o conhecimento fosse vulgarizado, de forma compreensível a um amplo público, entendemos que, na época, não era muito numeroso o público que poderia usufruir dessas obras e informações, tendo em vista o poder aquisitivo para comprar essas publicações e o grau de educação no país, para poder lê-las.

Por outro lado, compreender o vulgarizador como um mediador de conhecimentos, transforma este também em um produtor de conhecimento, que estaria construindo um saber novo, proveniente do conceito original traduzido (FRANÇA, 2020:22).

Em sua obra, Mme. Berthou mencionou que como na língua portuguesa não havia “nenhuma obra que possa facilitar a arte do parto as moças (...)”, buscava com seu “Compendio” guiar aquelas que tivessem o desejo de estudar a arte do parto, segundo os melhores preceitos franceses que dispõe. Dessa forma buscava transmitir os conhecimentos que pudessem ser proveitosos para todas as mulheres, para os pais de família, garantir a segurança das pessoas mais importantes de suas vidas, seus filhos, e possivelmente evitar situações de imperícia ou ignorância.

Como a sciencia dos partos he inteiramente nova entre as mulheres que a exercem, que geralmente são desprovidas dos primeiros conhecimentos que poderião-lhes permitir em estudar a parte anatômica que concerna esta arte. Que o uso do Francez não he concedido senão aquellas que terião recebido huma boa educação, emfim que tudo, para assim dizer, he afiançado ao acaso, superstição e natureza, eu me apresso a oferecer a minha nova pátria este esboço, como huma introdução a huma obra mais importante também destinada ao ensino das mulheres²⁷.

Mme. Berthou ainda sinalizou a falta de obras na língua portuguesa que pudessem guiar as moças. A questão da seleção dos melhores preceitos, oriundos de estudos de médicos franceses, nos remete à questão da tradução, igualmente importante no debate sobre as iniciativas de vulgarização das ciências. Indicava, assim, que suas orientações não seriam pautadas apenas a partir de sua experiência profissional e formação, mas concomitantemente dos conhecimentos médicos de autores franceses.

A parteira Mme. Berthou reconheceu que o fato de a instrução da língua francesa não ser concedida a todas, senão àquelas que recebiam a chamada “boa educação”, teria como consequência o desamparo de conhecimentos anatômicos importantes para a arte dos partos.

Considerando-se que no período a alfabetização e o acesso à leitura eram restritos a uma elite intelectual e econômica, é possível pensar que o próprio manual também tenha tido limitações em alcançar o público pretendido. Além disso, o valor cobrado pela obra era de 400 réis, informação que constava²⁸ em anúncios do período de 1833 e 1834, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

²⁷ BERTHOU, Estephania. *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto. Obra dedicada ás mãis de família*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Seignot-Plancher 1830. p.I.

²⁸ ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 113, 22 de maio de 1834, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/6812 Acesso em 27 de maio de 2021.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 57, 11 de março de 1834, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 34, 13 de fevereiro de 1834, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 12, 10 de janeiro de 1834, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 34, 17 de dezembro de 1833, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 277, 4 de dezembro de 1833, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

Em muitas destes manuais e guias aqui referidos, destacava-se a relevância da instrução sobre higiene, parto, bem como dos preceitos úteis às parturientes e mulheres prenhes. Tal aspecto era fundamental tendo em visto a carência de profissionais considerados qualificados para o atendimento, e mesmo, a falta desses em todo o vasto território nacional. A compreensão era de que o fato de tornar os saberes médicos acessíveis às mulheres grávidas, ao seguir as indicações encontradas nesses manuais, poderia conservar a boa saúde dessas mulheres.

Noções de papéis de gênero presentes no período também podem ser percebidas por meio de periódicos científico-literários, como *O Vulgarizador*, em que é perceptível a construção das atribuições femininas no decorrer XIX. Os arquétipos eram usados para distinguir os moldes estabelecidos para mulheres e para os homens, estes últimos tendo maior competência intelectual do que as mulheres, que eram conseqüentemente mais frágeis e afetivas e precisavam ser guiadas e supervisionadas (VERGARA, 2008). Por esse viés, percebemos conceitos presentes até mesmo em anúncios ou trabalhos de parteiras, novamente usando o exemplo de Madame Durocher, que adotou um vestuário masculino para transmitir mais credibilidade entre o meio médico e acadêmico e distinção como parteira (MOTT, 1994, p.101).

A institucionalização dos saberes dos partos e o reconhecimento de competências daquelas praticantes que tivessem uma formação regulamentada, eram aspectos que impactavam na relação entre médicos e parteiras na arte da parturição. A utilização de divulgação de práticas e conhecimentos de higiene auxiliaram na transição do encargo no cuidado do corpo feminino das parteiras para os médicos. Assim como, a divulgação e construção da imagem dos médicos como os mais qualificados para assistência e garantia da saúde da mulher e seu filho.

Os manuais não eram destinados somente à população geral, como visto anteriormente, pois alguns deles também buscavam atender a um público restrito, como as parteiras ou aspirantes a profissionais do ofício da parturição. A publicação de obras como essas pode ser compreendida como elementos de contribuição à formação de

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 258, 12 de novembro de 1833, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 169, 27 de julho de 1833, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568> Acesso em 27 de maio de 2022.

profissionais que estivessem mais próximos da população, mas que por determinadas razões, não teriam ensino formal de teorias médicas (ABREU, 2013:13). A referências feita por autores, médicos, à precariedade da formação de profissionais aptos a praticarem o ofício da parturição era recorrente, o que nos permite supor que a maioria defendia a necessidade de meios e instrumentos que proporcionassem melhores instruções anatômicas, fisiológicas e biológicas do corpo da parturiente.

Essas publicações, esses manuais, além promoverem a circulação de conhecimentos médicos entre diferentes nações, por meio do intercâmbio de noções científicas e da construção de saberes e instituições de ensino, também atendiam às necessidades da sociedade e do Estado (ABREU, 2013: 13).

Isto posto, observar o aumento de interesse na arte dos partos, e nos conhecimentos médicos relacionados à saúde da mulher, nos conduz também a refletir sobre outras temáticas relevantes no período, como as taxas de mortalidade infantil, e o papel social da mulher. Segundo Dornelas (2019), em 1875, a taxa de mortalidade infantil era de 64,5% entre os nascidos de até um ano, e a partir desse ponto podemos compreender a importância do papel da mulher para a reversão e melhoria dessa situação.

Capítulo 2 – Mme. Berthou, parteira e autora do manual de parto

2.1 - Formação e Trajetória

Nascida no dia 11 de maio de 1806, em Beauvois, uma comuna francesa no Département de l'Oise, região Hauts-de-France (França), Stephanie Marie Françoise Warnault²⁹, mais referenciada como Mme. Berthou, era uma parteira francesa que residiu e atuou por aproximadamente 30 anos³⁰ no Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculté de Médecine de Paris, conforme encontra-se registrado no periódico médico parisiense intitulado *Nouvelle Bibliothèque Médicale, et Bulletin de l'Athénée de Médecine de Paris*, de 1825, ao destacar que teria sido concedida a “Médaille d’encouragement et mentions honorables aux élèves sage-femmes”, a Mademoiselle Warnault como parteira formada.

Mme. Berthou formou-se na França, e neste sentido interessa considerar as características da formação de parteiras nesse país. O nome utilizado na França, “sage-femmes” já demarca a identificação dessas mulheres com a sua profissão, e remete à referência mítica grega de uma mulher instruída e dotada de inteligência, que adentrou na arte obstétrica e colaborou para que outras também o pudessem (BRENES, 1996: 32).

A formação como parteira na França, do século XIX, realizava-se por meio de um curso ofertado por uma das Faculdades de Medicina francesas, ou pelos cursos existentes em hospitais. A primeira opção, o curso ofertado por uma das Faculdades de Medicina, tinha a duração de seis meses – podendo ser prorrogado por mais seis meses – e as alunas tinham acesso a aulas de dissecação e anatomia. Após a conclusão do curso, e certificação, poderiam colocar o símbolo de parteiras em suas residências para identificá-las (BRENES, 2005: 93). Enquanto que as formadas em cursos nos hospitais, eram habilitadas para atuar regionalmente, onde haviam realizado seus estudos. As parteiras formadas nas faculdades eram reconhecidas como parteira de 1ª classe, e aquelas dos cursos nos hospitais, parteiras de 2ª classe (BARBOSA, 2016: 73).

²⁹ Esta parteira foi referida de distintas formas nas publicações e impressos periódicos, na maior parte das vezes como Mme Berthou, e em outras como Stéphanie Marie Françoise Warnault, Sra. Warnault, Stephania Maria Warnault, Madame Berthou, Stephania Berthou, e Mme. Stephanie Berthon. Na *Nouvelle Bibliothèque Médicale, et Bulletin de l'Athénée de Médecine de Paris, augmentée d'un recueil de médecine vétérinaire. IIIe année, tome neuvième* (1825), refere-se à Mademoiselle Warnault, como Stéphanie-Marie-Françoise Warnault, originária de Beauvais. Pelas informações, considera-se que seria este seu nome de solteira, e que após matrimônio com Sr. Berthou, teria adotado o nome de Mme. Berthou. Ao longo dessa dissertação definimos utilizar a forma pela qual aparece referida na publicação de seu “Compendio...”, como Mme. Estephania-Berthou.

³⁰ MOTT, M. Lucia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.108, nov. 1999, pp.133-160. p.134.

A titulação de “mestra parteira”, ou de “professora de partos”, usados então na França, como o que fora concedido a Mme. Berthou, não tinha necessariamente reconhecimento legal, e tratava-se de um reconhecimento de formação e distinção (BARBOSA, 2016:73).

Tão logo desembarcou no Brasil, a presença de Mme. Berthou foi noticiada nos periódicos impressos, do Rio de Janeiro. No *Diário do Rio de Janeiro*, noticiou-se que:

Mudou-se o Collegio Francez da rua dos Latoeiros n.6, para a rua do Sacramento n.14, defronte da Moeda; A Sra. Warnault desejando formar hum estabelecimento igual aos melhores de Pariz, procurou huma casa mui vasta própria para receber muitas pensionistas, e externas: há de ser ajudada nos seus trabalhos pelos primeiros professores da Cidade a saber o Francez, musica vocal, Arithemetica e Geografia, o Sr. Berthou; (...)³¹.

Conforme anunciado acima, começou a trabalhar no local do Collegio Francez, na Rua do Sacramento n.14, onde compartilhava o espaço com outros profissionais, estes professores de línguas, aritmética e geografia, um deles inclusive seu futuro marido, Sr. Berthou.

Ainda no ano de 1830, uma matéria publicada em *O Moderador. Jornal Politico, Commercial e Litterario*³², ao comentar a preocupação do Imperador com a prática e o ensino da arte dos partos no Rio de Janeiro, comentou que este teria indicado Mme. Berthou, uma parteira devidamente avaliada pela Faculté de Médecine de Paris, para ser parteira na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, especialmente para o atendimento das mulheres “pejadas” pobres no hospício dos expostos desta instituição.

Noticiado em outubro de 1830 no periódico *Aurora Fluminense* a admissão de Mme. Estephania-Berthou na Santa Casa de Misericórdia, após exame por uma comissão médica, e designada a atuar em um espaço próprio na Casa dos expostos³³.

Em 13 de janeiro de 1831, Mme. Estephania, utilizando o sobrenome Berthou, e já se referindo a sua atividade na Santa Casa de Misericórdia, submeteu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro um documento em que apresentava seu diploma de parteira, formada pela Faculté de Medécine de Paris, como descrito a seguir:

³¹ NOTICIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.23, 27 de agosto de 1830, p.84. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11570 Acesso em 10 de abril de 2021.

³² [INTERIOR]. *O Moderador. Jornal Politico, Commercial e Litterario*, n.45, p.2, anno 1830, 20 de outubro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702471/167> Acesso em 10 de abril de 2021.

³³ ARTIGOS Comunicados. *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n.399, 13 de outubro, anno de 1830, p.1687. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/1755> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

Estephania Maria Warnault, mulher Berthou, Parteira da Santa Casa de Misericórdia, aluna da Faculdade de Medicina de Paris, desejando se conformar aos regulamentos estabelecidos por suas Posturas, relativamente a arte de Obstetrícia, respeito das estrangeiras, tem a honra de lhes apresentarem o seu Diploma, no qual he estabelecida a declaração dos facultativos de ter sido examinada e aprovada de novo aqui³⁴.

No dia 28 de dezembro de 1831, submeteu um requerimento a Câmara Municipal para colocar uma “taboleta” em cima da sua porta, indicando que ali atuava, como podemos observar:

Pede a licença com muito respeito, Estephania Maria Warnault, mulher de Berthou, mestra parteira da Sta. Casa de Misericórdia, ao ilustríssimo senado da Camara Municipal d’esta Corte, de por huma taboleta, em cima da sua porta.³⁵

Têm-se também documento escrito, datado de 1834, da relação de parteiras que apresentaram a certificação a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1830, constando nomes como de Mme. Berthou, Clementina Rosa, Maria Rosa Pereira, e outras mulheres³⁶.

Em 1833, Mme. Berthou, além de atuar como mestre parteira na Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, mantinha em sua casa, na rua da Alfandega n.158 – 1º andar, quartos para receber as mulheres e lhes prestar atendimento em condições adequadas³⁷. Em 1847, Mme. Berthou prestava atendimento na rua dos Ourives nº47, no centro da cidade do Rio de Janeiro³⁸. Posteriormente, em 1856³⁹, mudou seu local de atendimento para rua da Quitanda nº85, e em 1857⁴⁰, para rua da Alfandega nº 111.

Maria Lucia Mott refere-se à parteira Mme Berthou principalmente por esta ter sido a principal referência para uma outra parteira, para Marie Josephine Mathilde

³⁴ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

³⁵ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

³⁶ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

³⁷ NOTÍCIAS particulares. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.166, 23 de julho de 1833, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4313 Acesso em 10 de maio de 2021.

³⁸ PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1847*. p.291. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/1399> Acesso em 10 de maio de 2021.

³⁹ ANUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XIII, n. 246, p.3, 6 de setembro de 1856. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/12310> Acesso em 10 de maio de 2021

⁴⁰ ANUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 220, p.3, 12 de agosto de 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13652> Acesso em 10 de maio de 2021

Durocher (1809-1893). Mme. Durocher, de origem francesa, chegou ao Brasil em 1816, diplomou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1833, a primeira a obter o diploma de parteira nessa instituição, e foi nomeada Parteira da Casa Imperial em 1866.

Mott comenta que:

L'idée de se consacrer au métier de sage-femme lui est donc venue à l'esprit, à partir de l'exemple de deux sages-femmes françaises – Mme Pipar, qui avait été logée chez elle à la fin des années 1820, et Mme Berthou, sage-femme d'un hôpital à Rio de Janeiro. (MOTT, 2004:3)

Em relação ao ano do retorno de Mme. Berthou a seu país de origem, não se tem uma data com clareza. Na edição de 10 de janeiro de 1853 do *Diario do Rio de Janeiro*, a informação sobre a realização de um leilão, que ocorreria “quer chova quer não”, por ordem de Stephania Berthou, que estaria partindo para a Europa no pacote inglês “Seven”⁴¹. Todavia, em maio de 1864, em outro jornal, no *Correio Mercantil*, foi noticiado que Mme. Berthou teria embarcado, acompanhada de uma criada, no pacote francês “Guienne”, com destino a Bordéus, na França⁴².

Por outro lado, o último anúncio de seus serviços como parteira, foi encontrado no *Almanak Laemmert*, de 1864. Desse modo, entendemos que existe a possibilidade que tenha viajado para a França, em 1853, o que seria condizente com o espaçamento de seus anúncios entre os anos de 1852 e 1857, e retornado ao Brasil. E, posteriormente, em 1864, teria se dado seu retorno efetivo a seu país, tendo em vista que a partir deste momento não se encontra mais registros sobre sua atuação nos periódicos do Rio de Janeiro.

2.2 - Atuação na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro

Não foram poucas as notícias e anúncios sobre a atuação de Mme. Estephania-Berthou como parteira, e em muitas destes aparecia a referência a sua atuação em uma instituição de assistência importante à época, a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Sua atividade nessa instituição começou após a indicação manifestada pelo Imperador, no sentido de que Mme. Berthou fosse designada como parteira para exercer seu ofício naquele local⁴³.

⁴¹ LEILÕES. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXII, n.9, 10 de janeiro de 1853, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/37955

⁴² NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, n. 143, 24 de maio de 1864, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/23372> Acesso em 10 de maio de 2021.

⁴³ DECLARAÇÕES. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.15, 18 de dezembro de 1830, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11943 Acesso em 10 de maio de 2021.

E foi assim noticiada no *Diario do Rio de Janeiro*, em 18 de dezembro de 1830:

Havendo o actual Provedor desta Santa Casa da Misericórdia recebido huma instrucção de S. M. o Imperador, para ser admitida ao exercício de Parteira na mesma Sana Casa Madame Stephania Maria Warnault, mulher de Mr. Berthou, morador na rua do Sacramento n.14; e que se prontifique hum quarto, disposto para exercitar nelle o seu ministério todas as vezes, que for preciso, para o que deverá ser chamada a qualquer hora do dia e noite: o Provedor e Mesa desta Santa Casa da Misericórdia me incumbe de o participar a VV.SS. a fim de cumprirem esta Imperial recomendação na parte que lhes toca.⁴⁴

Em atenção a uma recomendação imperial, a parteira Berthou foi incumbida da arte de partos, em espaço próprio, na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde prestava seu serviço prontamente a qualquer horário.

Importa considerar o significado de sua indicação para a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, tendo em vista o contexto e a escassez de parteiras diplomadas que pudessem praticar seu ofício naquela instituição.

Atuou na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro aproximadamente por 32 anos, a contar da solicitação do Imperador em outubro de 1830 e de um dos seus últimos anúncios no *Almanak Laemmert* como Parteira Mestra da casa em 1864. Seu nome apareceu pela primeira vez nesse periódico em 1844, anunciando seus serviços, e distinguindo-se das demais profissionais ao apresentar-se como “mestra parteira da Faculdade de Pariz, e da Santa Casa de misericórdia”⁴⁵.

De acordo com esses anúncios, sobre sua atuação na Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, Mme. Estephania-Berthou destacava-se das demais parteiras, por sua formação e por sua titulação como “Mestra”.

Seu último anúncio no *Almanak Laemmert* data de 1864⁴⁶, no qual apareceu referência a sua atuação na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, sem a distinção de “Mestra Parteira”, informando o atendimento em novo endereço – mudança comum no período.

⁴⁴ DECLARAÇÕES. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.15, 18 de dezembro de 1830, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11943 Acesso em 10 de agosto de 2021. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

⁴⁵ PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1844*. p.213. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1844/00000159.html Acesso em 10 de janeiro de 2022.

⁴⁶PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1864*. p.489. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1864/00000497.html Acesso em 10 de janeiro de 2022.

Tendo em vista o longo período em que Mme. Estephania-Berthou atuou na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, e tendo em vista as incumbências que desempenhou, é importante compreender o cotidiano e o funcionamento daquela instituição.

A assistência hospitalar no país, longo do século XIX, era administrada fundamentalmente por particulares, incluindo associações como as Santa Casas da Misericórdia, mantidas pelas Irmandades da Misericórdia, e as Ordens Terceiras, e também as associações de beneficência e de socorro mútuo (SANTA, 2022). De acordo com o modelo de assistência adotado pela Irmandade, buscava-se auxiliar todos aqueles necessitados, tendo sido por longo período uma das únicas com porte para atendimento de soldados e marinheiros.

A criação das Santas Casas da Misericórdia no Brasil deu-se a partir do modelo luso e de seus preceitos. Na construção da instituição em Portugal, haviam algumas posturas que puderam ser vistas em outras confrarias, que viriam ser fundadas além-mar séculos mais tarde. Princípios religiosos e morais das Misericórdias eram observados já na sua fundação na cidade de Lisboa, em 1498, então dedicada à Virgem da Misericórdia, e com o intuito de auxiliar os pobres e doentes, embora inicialmente somente àqueles que houvessem sido batizados (FRANCO, 2014. p.3).

A notabilidade das Misericórdias derivou de sua atuação, a partir do final de século XV, nas reformas das instituições de assistência à pobreza. Tendo em vista os problemas na Europa, durante o século anterior, em decorrência da peste, do desemprego e do aumento populacional das cidades, eram necessárias mudanças no sistema de assistência (FRANCO, 2014. p.2).

Buscando o melhoramento das condições dessas instituições de assistência, no Brasil, foi sugerida a combinação de investimento privado e público, para que dessa forma a assistência pública pudesse superar suas adversidades e desorganização (VISCARDI, 2011. p.17). E mesmo que tentado a seguir modelos de assistência europeus o Brasil no século XIX tinha um contexto próprio e muito distinto de outras nações, logo, as propostas nem sempre eram oportunas para aplicação.

Além de sua função assistencialista, a Santa Casa também funcionava como um ambiente de formação profissional, sendo realizadas ali o ensino e prática da medicina. Devido à primeira reforma do ensino médico, em 1813, a então Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro foi transferida para o prédio da Santa Casa. E desde então, e até o ano de 1918, as aulas e atividades da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

deveriam ser ministradas no prédio da Santa Casa na rua Santa Luzia, e em outras dependências mantidas pela Irmandade. Os serviços médicos ali prestados muitas das vezes eram gratuitos. A administração da instituição era de responsabilidade dos diretores da Irmandade, dos provedores e mordomos. E os serviços médicos eram prestados médicos diversos, que nem sempre recebiam qualquer remuneração. Para o atendimento aos enfermos, eram contratadas Irmãs de caridade, religiosas católicas das Ordens de São José e de São Vicente de Paulo (SANTA, 2022).

Entre as instituições mantidas pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro estavam o Hospital Geral, o Hospício de Pedro II, o Recolhimento de Órfãs, a Roda dos Expostos, a enfermaria de Nossa Senhora da Saúde, entre outros espaços, e também os cemitérios e serviços de enterros (SANTA, 2022).

Com a Reforma Bom Retiro, conhecida também como Reforma Couto Ferraz, efetivada pelo decreto nº1.387, de 28/04/1854, que estabeleceu que o curso de obstetrícia teria a cadeira de partos e a de clínica, realizadas sob supervisão de um lente na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro ou em uma casa de maternidade a ser criada pelo Governo (ESCOLA, 2021). Além da orientação para que a parte prática do curso fosse realizada nas dependências da Santa Casa da Misericórdia, definiu-se, também, a instalação de uma enfermaria específica, a qual só se concretizou posteriormente.

Apesar das diretrizes, vimos que nem sempre foi possível a realização de aulas práticas ou acompanhamento dessas alunas e alunos naquela instituição de assistência, devido em parte à questão da presença de alunos homens na enfermaria, e a resistência das religiosas que atuavam, como enfermeiras, na Santa Casa. Esta resistência decorreu de questões relativas ao pudor e à moralidade da época, e de um aparente incidente que teria ocorrido naquela instituição, envolvendo um estudante de medicina e um funcionário do hospital (VOSNE, 2004: 144).

Segundo Vosne, até meados do século XIX as mulheres brasileiras não procuravam, no momento do parto, a assistência em hospitais ou de médicos, privilegiando quase que exclusivamente a atenção das parteiras em ambientes domésticos. A situação era um pouco distinta na Corte, na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que no hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, funcionava, desde 1847, uma enfermaria de parto, que prestava assistência àquelas que buscavam um atendimento. Mesmo assim, as mulheres ainda preferiam partejar em ambientes domésticos com suporte de parteiras ou comadres.

Assim, a atuação da parteira Mme. Berthou no hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro pode ser entendida como uma oportunidade singular, em meio a um cenário de questionamentos sobre a qualificação das parteiras. Mme. Berthou não apenas atuou como parteira neste ambiente institucional, junto a outros médicos, como o fez por um longo período de tempo.

2.3 – A parteira na imprensa periódica do Rio de Janeiro

Entre 1830 a 1850, o nome de Mme. Estephania-Berthou apareceu em diversos anúncios e notícias, publicadas nos mais diversos impressos periódicos veiculados na cidade do Rio de Janeiro, como o *Almanak Laemmert*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, e *O Moderador* e outros.

As matérias seguiam um certo padrão, geralmente dando publicidade a sua atuação e qualificação como parteira, e aos serviços por ela prestados. Nesses anúncios e notícias era sempre apresentado seu endereço, o público para o qual pretendia prestar atendimento, e igualmente sua preocupação em garantir um ambiente de trabalho decente para o atendimento.

A presença de seu nome em anúncios no *Almanak Laemmert* foi regular dos anos entre os anos de 1844 e 1864, exceptuando-se os anos de 1846, 1853, 1854, 1855 e 1856, em que não houveram anúncios da parteira Berthou no periódico.

Quanto ao conteúdo nos anúncios, veiculados nos diversos periódicos, era comum sua apresentação como “Mestra Parteira da Faculdade de Medicina de Pariz, e da Santa Casa de Misericórdia”, e a indicação do endereço do local onde realizava o atendimento, o qual mudou no decorrer dos anos, conforme pode ser observado em suas declarações.

No *Jornal do Commercio*, de 1833, o anúncio dizia:

Madame Berthou mestre parteira da Casa da Misericordia, tem a honra de participar ao respeitável Publico, que ella tem na sua casa rua d´Alfandega n.158, primeiro andar, quartos mui decentes promptificados para Sras, onde serão tratadas com todo aceio, disvelo e melindre que exigir a sua situação; encarrega-se também de escravos por preços commodos⁴⁷.

No *Jornal do Commercio*, jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, o surgimento de referências a Mme. Estephania-Berthou começou em 1832 e continuou até o ano de 1838, ano em que apareceu pela última vez. Sendo um periódico de

⁴⁷ NOTICIAS particulares. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.166, 23 de julho de 1833, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4313 Acesso em 10 de agosto de 2021.

distribuição diária, seus anúncios apareceram em diferentes edições de mesmo ano. Outro aspecto importante a ser considerado é o fato deste jornal ser dirigido pelo francês Pierre Plancher, fundador da Imperial Typographia Seignot Plancher, pela qual Mme. Berthou publicou seu “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia as Parteiras na Arte dos Partos” em 1830. Anúncios de o “Compendio” de Mme. Estephania-Berthou foram publicados no *Jornal de Commercio* desde 1833:

Acha-se a venda em casa de Seignot-Plancher e Comp. o Compendio das doenças, e outras indisposições das mulheres, para servir de guia as Parteiras na Arte dos Partos; precedido de huma dissertação sobre o Tacto, obra dedicada as mãis de família, por Md. Estephania Berthou, Mestra parteira, aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris, e Discipula da Escola Real dos Partos. Hum folheto, Preço 400 réis⁴⁸.

Outros anúncios informavam inclusive a mudança do local de atendimento, como o veiculado na edição de 10 de agosto de 1835 do *Jornal do Commercio*:

Mme. Stephanie mestra Parteira da Santa Casa da Misericórdia, tem a honra de participar ao respeitável Publico, que mudou sua residencia da ruada Alfandega n.158, para a da Cadeia n.111, onde tem quartos muito decentes e promptificados para Sras., que serão tratadas com todo o aceio, desvelo, e melindre que exigir a sua situação: encarrega-se também de escravas por preços commodos⁴⁹.

Outros anúncios procuravam esclarecer dúvidas quanto à atuação da parteira Mme. Berthou:

Mme Stephanie Berthon mestre parteira da Casa da Misericórdia, rua dos Ourives n.47, previne ao publico, e em particular ás pessoas que a tem honrado com sua confiança, que ella acha-se sempre á sua disposição. Este annuncio é feito com o fim de desfazer o engano em que algumas pessoas estão, ocasionado pela morte de Mme. Stephanie Meilliet, publicada no Jornal de 29 de janeiro passado⁵⁰.

Os anúncios e matérias procuravam também detalhar o atendimento prestado pela parteira, especialmente sobre o público que atendia:

Mme. Stephanie Berthou, mestra parteira da Santa Casa de Misericórdia, recebe senhoras brancas e de côr, pensionistas na sua casa; na rua da Alfandega n.111.⁵¹

⁴⁸ OBRAS Publicadas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.169, 27 de julho de 1833, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4324 Acesso em 10 de março de 2022.

⁴⁹ ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno IX, n. 173, 10 de agosto de 1835, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/6812 Acesso em 10 de julho de 2021.

⁵⁰ ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.166, 23 de julho de 1848, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/12010 Acesso em 10 de julho de 2021.

⁵¹ ANNUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 220, p.3, 12 de agosto de 1857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13652> Acesso em 5 de junho de 2021.

Era recorrente, nos anúncios dos serviços de Mme. Berthou, além das demias informações sobre o serviço, a referência à disponibilidade de quartos em sua residência:

Madame Stephania, mestra parteira da Santa Casa da Misericórdia, mudou-se da rua do Parto para a rua dos Ourives n.47; tem a honra de participar ao respeitável publico que ella tem quartos prompts para receber senhoras, onde serão tratados com todo o aceio, desvelo e melindre que o exigir; toma também escravas, por preços commodos.⁵²

A utilização de anúncios dos serviços nos jornais da cidade do Rio de Janeiro representava uma estratégia importante adotada por boa parte das parteiras estrangeiras que chegavam ao país, e que buscavam por esse meio divulgar seus serviços e estabelecer uma clientela (BARBOSA, :75). As informações ali comunicadas poderiam conferir credibilidade, em paralelo a conhecimentos da medicina acadêmica, e auxiliar na escolha de seus serviços em detrimento a outros praticantes da arte da parturição e médicos.

Nos anúncios dos serviços da Mme. Berthou podemos claramente observar estas intenções A referência a sua formação na Faculté de Médecine de Paris, a seu título como “Mestre Parteira”, ou mesmo sua atividade na Santa Casa da Misericórdia, eram elementos que podiam conferir a distinção que buscava.

Isto posto, observando seu tempo de atuação na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, durante aproximadamente 30 anos, e a regularidade de seus anúncios, podemos entender que a parteira Mme Berthou tenha conseguido estabelecer uma clientela e conseguir algum retorno financeiro, que permitisse bancar a publicação em periódicos.

2.4 - A criação de uma escola para parteiras

A formação das parteiras, a criação de cursos, bem como, a defesa de sua atuação, são aspectos presentes nos documentos de parteiras como a Mme.Berthou e a Mme. Durocher. Contudo, esta questão não mobilizava o Governo Imperial, que até então atribuía a prerrogativa de formação de profissionais neste ofício às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (MOTT, 1999: 139).

A necessidade de espaços para formação das parteiras, no Rio de Janeiro, mobilizou Mme. Estephania-Berthou, que apresentou, em 1832, o “Memorial para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à

⁵² ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno XIII, n. 280, 14 de dezembro de 1838, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/10782

sábria consideração da Augusta e Digníssima Assembléia Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saude Publica”⁵³.

Neste documento, destaca M. Lucia Mott, a parteira francesa buscou tratar da necessidade de criação de uma escola de obstetrícia, no momento em que era discutida a reforma do ensino médico no parlamento (MOTT, 1999:134).

Neste “Memorial”⁵⁴, Mme. Berthou destacou a ausência de uma lei que estabelecesse a criação de uma escola de obstetrícia:

Cinco anos de residência aqui na minha profissão convenceram-me que, se a população do Brasil não chega ao ponto do desenvolvimento em que se levantam diversas nações, a este respeito as mais favorecidas, assim como a Prússia, que dobra sua população todos os 10 anos, ou os Estados Unidos, que obtêm o mesmo resultado todos os 20 anos, isso depende exclusivamente de causas locais que me proponho a definir:

1a – Falta de uma lei civil que obriga à declaração do nascimento de qualquer ente, dentro das 24 horas do parto;

2a – A falta de lei ou execução dela, no caso da escravidão, que determine os direitos do senhor para com seus escravos

3a – Por fim, a falta de uma lei sobre a maternidade, que estabeleça uma Escola Nacional de Obstetrícia, teórica e prática.⁵⁵

A criação dessa Escola também buscava, na visão de Mme. Berthou, promover uma “boa polícia sobre a maternidade”⁵⁶, uma ideia de vigilância e controle sobre a mulher grávida, no parto (BRENES, 2008: 144).

⁵³ *Memorial para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à sábria consideração da Augusta e Digníssima Assembléia Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saude Publica.* [Rio de Janeiro]: Typ. Imperial e Constitucional de Seignot e Plancher, [1832]. Localização: BN Livros Raros - 099A,018,005

⁵⁴ Devido à impossibilidade, em decorrência da pandemia, de acesso ao “Memorial...”, existente no acervo da Biblioteca Nacional, recorreu-se a fontes secundárias que reproduzem trechos do texto em questão. Fontes: BRENES, Anayansi Correa. História da obstetrícia no Brasil: o fracasso da Escola de Obstetrícia para Mulheres, no Rio de Janeiro, 1832. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.18, n.2, 2008, pp.141-147. Disponível em: <http://rmmg.org/sumario/43>; BIGUELINI, Elen. *Tenho escrito muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*. Tese (Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo Economias e Sociedades). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, abril de 2017. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79402/1/Tenho%20escrito%20muito.pdf>

⁵⁵ BERTHOU, Mme. *Memorial para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à sábria consideração da Augusta e Digníssima Assembléia Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saude Publica.* [Rio de Janeiro]: Typ. Imperial e Constitucional de Seignot e Plancher, [1832]. *Apud.* BRENES, Anayansi Correa. História da obstetrícia no Brasil: o fracasso da Escola de Obstetrícia para Mulheres, no Rio de Janeiro, 1832. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.18, n.2, 2008, pp.141-147. p.143. Disponível em: <http://rmmg.org/sumario/43>

⁵⁶ BERTHOU, 1832. *Apud.* BRENES, 2008. p.144.

O perfil indicado para as estudantes da Escola seria o de “mulheres jovens, desprovidas dos prejuízos da velhice e da sua corrupção, recrutadas do recolhimento da Santa Casa de Misericórdia” (BRENES, 2008: 144).

A justificativa para proposta de Mme.Berthou teria sido a preocupação com a formação de pessoas habilitadas à assistência das mulheres, objetivo este que já estava presente no manual de sua autoria, “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto” (1830).

Ainda segundo Brenes, a proposta da Mme.Berthou se assemelhava ao projeto de Florêncio Estanislao Le Masson, cirurgião militar, de origem francesa, naturalizado brasileiro, apresentado, em 19 de fevereiro de 1832, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, propondo a primeira Escola Maternidade (BRENES, 2008: 142).

O prussiano Florencio Stanislao Le Masson, apresentou em 1832 um projeto para criação de uma maternidade particular, onde também poderia ser ministrado um curso para parteiras. O cirurgião tinha intenção de criar uma escola particular para formação de parteiras na Corte do Rio de Janeiro, como consta no primeiro documento enviado em janeiro do mesmo ano. O plano era inspirado nos modelos franceses:

Conhecendo pelos felizes ensaios dos seus primeiros trabalhos, quanta vantagem poderia a nação brasileira, tirar d’hum estabelecimento para mulheres de parto, se fosse collocado no centro da população da Corte, e aplicado ao mesmo tempo, os ensino theorico e practico das Parteiras; com approvação do Dr. José Lima Coutinho, ministro dos negócios do Imperio, exigio hum hospital para este fim, na Rua do Espirito Santo, (...)⁵⁷

Como colocado anteriormente, a formação de mais profissionais na arte dos partos era questão recorrente. A argumentação de Le Masson baseava-se na ideia de que seria proveitoso, para o país, ter no centro da cidade do Rio de Janeiro, um local para atendimento de mulheres de parto, e simultaneamente um curso de formação prática e teórica de parteiras.

Ainda, Le Masson discorreu, detalhadamente em seu prospecto, sobre a casa de maternidade e o curso de parteiras, bem como, sobre seu funcionamento e requisitos para ingresso de moças na instituição. No trecho a seguir, o autor argumentou sobre a utilidade que poderia representar um ensino teórico e prático para as parturientes:

⁵⁷ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

E esta bem apropriado a espaço local, tem o Dr. Le Masson, lançado os fundamentos do referido estabelecimento em utilidade geral de todas as Provincias, debaixo do plano que tens a honra de appresentar so Governo de V.M.E; qual plano mereces a approvação da Regencia; e ultimamente a menção honrosa de senado do Império, e o acolhimento e honras dos senhores representantes da da nação, pela utilidade que se dexa esperar de ensino theorico e practico da arte de Partejar; ensino que falta tirão proveito as alunnos d'elle, e não as parteiras, que he quem geralmente assiste aos trabalhos do parto⁵⁸.

Novamente, percebemos o discurso da utilidade como ferramenta para se estabelecer espaços médicos institucionalizados, como uma maternidade e um curso de partos:

Em consequencia, o Doutor Le Masson tem a honra de anunciar que no seu hospital serão admittidas das mulheres para parir; quer sejam livres, quer escravas; particularmente as que para este fim, lhe forem enviadas e recomendadas pelas sereníssimas Princezas da Casa Imperial, e pelas senhoras mais distinctas desta Corte, debaixo de cuja proteção esta posto o mesmo estabelecimento ⁵⁹.

O autor ainda citou condições e requisitos para o recebimentos de alunas para o ensino da arte dos partos:

- 1ª Nem as pretas nem as escravas, serão admittidas no ensino.
- 2ª A entrada no hospital, cada discipula receberá da casa do estabelecimentos, os estudos que uniformidade exigir; e todas despesas do ensino, sustento e todo o mais tratamento que precisarem no estado de saúde, se de moléstia, ficarão da obrigação do mesmo doutor.
- 3ª As alunnas terão mestres para lhes ensinar a ler, escrever e contar ⁶⁰.

Como comentado anteriormente, o acesso ao ensino da parturição estava restrito a algumas pessoas, considerando as condições de status jurídico, raciais e também de renda.

As moças poderiam vir de todas as províncias, ficariam estabelecidas no hospital sob o regime de internato, e teriam um professor para instruí-las, e por isso, não precisavam já ser alfabetizadas. O curso teria duração de dois anos e após estes, seria

⁵⁸ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁹Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁰ Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49. Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES. Data:1831-1832. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

realizado um exame perante uma comissão da então Academia-Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro e do Ministro do Império, que possibilitaria a concessão da licença para a prática do ofício.

Contudo, o parecer elaborado pela Comissão de Saúde Pública sobre ambas as propostas, a do médico de Florencio Stanislao Le Masson, e a da parteira Berthou, parecer ter sido negativo (BRENES, 2008: 144). Naquele contexto, reforçava-se a ideia de que as únicas autoridades com poder de diplomar médicos no país eram as Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, referendado pela Lei de 3 de outubro de 1832.

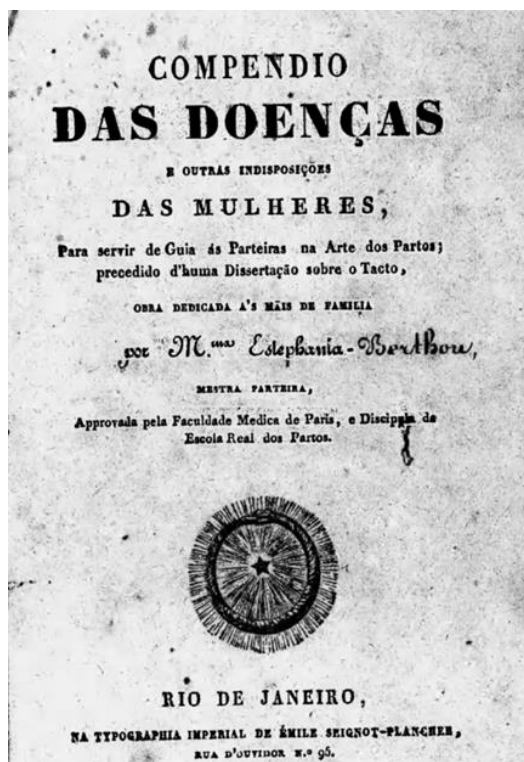
Pouco tempo depois, ainda no mesmo ano, Le Masson encaminhou um novo projeto quase idêntico ao primeiro. Mesmo com parecer favorável da Câmara dos Deputados e da Comissão de Saúde Pública e Instrução Pública o projeto não recebeu aval da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A justificativa para a recusa foi a reafirmação de que a única autoridade apta a dar diplomas era da Faculdade de Medicina. O médico Francisco Júlio Xavier, que deveria dar o parecer, criticou a proposta de Le Masson, inclusive o fato de até mesmo as parturientes mais pobres terem que pagar o valor para o atendimento (MOTT, 1999; 145).

Além dos manuais, houveram algumas propostas de cursos de partos que não chegaram a ser aprovadas, como citado anteriormente. Em 1840 o debate sobre a criação de cursos de parteiras era discutido regionalmente devido à falta de profissionais formadas que poderiam atuar em áreas afastadas dos centros (MOTT, 1999: 134). A escassez de profissionais formadas, ou mesmo as que tinham licenças para atuar era clara, em território nacional, fazendo com que a assistência não chegasse a todas as regiões do país.

Capítulo 3 – O compendio de Mme Berthou e a arte dos partos

3.1 - Estrutura e características do guia da arte dos partos

O “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia as Parteiras na Arte dos Partos; precedido d’hum Dissertação sobre o Tacto, obra dedicada as mães de família por Mme. Estephania-Berthou, mestra parteira, aprovada pela Faculdade Medica de Paris, e discipula da Escola Real dos Partos”, foi publicado no Rio de Janeiro, pela Typografia Imperial de Émile Seignot-Plancher, localizada na Rua D’Ouvidor n°95.



A obra tratava-se de um manual com instruções sobre a Arte do Parto para aquelas que desejassem adentrar no ofício e exercê-lo como parteiras. Apresenta um Prefácio, e em seguida a “Dissertação sobre o Tacto”, destacando seu papel como bússola das parteiras:

Seria desconhecer huma grande parte das vantagens do tacto, que limitado á indagação dos sinaes que caracterisão a prenhez. Não somente he a bussola que dirige a conducta da parteira em todas as operações de sua arte, mas ainda serve de guia ao remédio em geral,

todas as vezes que trata-se de determinar o assento e a natureza de certas doenças próprias ao sexo; (...).⁶¹

O manual tinha o total de 62 páginas, e sua numeração era iniciada após o prefácio e uma breve dissertação sobre o tato. Seu conteúdo encontrava-se organizado em 59 tópicos principais, com instruções sobre a fisiologia e anatomia feminina, moléstias e doenças que acometiam as mulheres prenhas ou não, a gestação, o parto e suas possíveis complicações, e as doenças que podiam acometer o feto. Cabe a ressalva de que, o compêndio era composto por práticas básicas a serem realizadas por aspirantes a parteiras, não constando explicações ou noções aprofundadas sobre a medicina e o funcionamento do corpo feminino. Em relação ao estilo da escrita assemelhava-se parcialmente ao modelo de catecismo, de perguntas e respostas, apresentação em tópicos divididos em subitens, com a explicação de cada um deles.

O “Compêndio” era estruturado segundo os seguintes tópicos:

Das doenças das mulheres;
Várias disposições da Matriz;
Dos menstros;
Perda de sangue no tempo da prenhez;
Perdas de sangue depois do parto;
Esterilidade das mulheres;
Conceição do filho ⁶² ;
Das dimensões da bacia;
Da cabeça do feto;
Varias proporções do filho;
Differentes tempos da prenhez;
Filho nascido a sete mezes;
Filho nascido a oito mezes;
Causa do sexo do filho;
Sinaes que denotão que huma mulher he prenhe de alguns filhos;
Sinaes que distinguem a falsa Prenhez da verdadeira;
Superfetação;
Do molhe e do falso Germe;
Regimen das mulheres prenhes;
Fluxo da barriga da mulher pejada;
Descida da matriz;
Hydropesia da Matriz;
Hydropesia da barriga;
Do movito;

⁶¹ BERTHOU, Estephania. *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d'huma dissertação sobre o Tacto*. Obra dedicada ás mães de família. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Seignot-Plancher 1830. p.III.

⁶² O termo “Conceição do filho” aqui colocado respeita a forma pela qual é apresentado por Mme. Berthou em seu “Compêndio”. E deve significar Concepção do filho.

Sinal do filho morto na matriz;
Doença venera da mulher prenhe;
Situações diferentes do filho;
Das agoas do filho;
Do meconium;
Corrimento das agoas do filho;
Membranas do filho;
Do parto;
Partos laboriosos;
Vômitos da mulher prenhe;
Vômito da mulher em trabalho;
Governo da mulher em trabalho;
Do cordão umbilico do Filho;
Parto da mulher prenhe de varios filhos;
Do placenta;
Extracto do placenta ficado na madre;
Sahida do cordão umbilico;
Filho hydropico;
Convulsão da mulher prenhe ou partejada;
Convulsões do filho;
Filhos que apresentam os pés;
Filho cuja cabeça he mui grossa;
Testa do filho ficada na matriz;
Filhos apresentando-se em má postura;
Operação cesariana;
Dos instrumentos para extracção do filho morto;
Governo da mulher partejada;
Colicas depois do Parto;
Dos lochios do parto;
Inflamação da matriz;
Cancro na madre;
Corrupção de fluores (flores brancas);
Suffocação da matriz;
Tumores e postemas dos peitos;
Fistula do collo da bexiga.

A arte do parto, era referida por Mme. Estephania-Berthou como uma ciência nova entre mulheres, estava apresentada de forma sucinta em sua obra, bem como alguns preceitos introdutórios para todas aquelas que tivessem interesse em adentrá-la. Sendo a temática por vezes negligenciada e muitas vezes relegada à superstição, Mme. Estephania-Berthou reiterou a importância do estudo e do ensino daquela ciência, principalmente para as mulheres. Constatando que esta Arte era considerada como sendo a parte mais dificultosa da cirurgia, a instrução de parteiras fazia-se necessária para a proteção de mulheres vulneráveis e sujeitas a ignorância ou atendimento inadequado.

Ainda em sua introdução reconheceu suas limitações em relação ao conhecimento aprofundado na ciência dos partos, mas reafirmou sua boa intenção com o “Compêndio”, aspirando influenciar outros que com melhores qualificações produzissem obras com intuito semelhante, o de instruir. Em sequência, no que ela nomeou como uma dissertação sobre o tato, podiam ser observadas as noções de pudor e de conduta vigentes no período:

Seria desconhecer huma grande parte das vantagens do tacto, que limitallo á indagação dos sinaes que caracterisão a prenhez. Não somente he a busola que dirige a conducta da parteiras em todas as operações de sua arte, mas ainda serve de guia ao remédio em geral, todas as vezes que trata-se de determinar o assento e a natureza de certas doenças próprias ao sexo; com efeito a decencia não permittindo o olhar as partes externas da geração, e as que são situadas no interior da bacia sendo inacessiveis á vista, he preciso apalpallas, para verificar os seus vários estados⁶³.

Vemos no trecho em evidência a utilização do tato como recurso de exame, além de sua indicação para compreender a posição de órgãos internos não visíveis a olho nu. Seu uso seria também indicado na verificação das partes íntimas externas da mulher, evitando assim uma observação direta do corpo feminino, e, portanto, mais adequado para a manutenção do pudor. O tato não deveria ser apenas para identificar a prenhez – pois utiliza-lo unicamente para esse fim seria limitante – mas também para diagnóstico de doenças próprias do sexo feminino e na indicação de remédios e terapêuticas.

O tato, para a autora, teria função semelhante a de uma bússola, direcionando as praticantes da arte do parto as manifestações do corpo, possibilitando análise e reconhecimento de sua natureza e de sinais de alterações desta. Sendo este empregado corretamente, poderia servir de seguridade da saúde da mulher, viabilizando a checagem da normalidade e funcionamento da matriz – vulgo útero – e da vulva. Considerando principalmente a questão da gestação, o tato seria o método mais indicado para aferir a posição e saúde do feto, por não de alto risco ou tão invasivo se comparado a procedimentos que contavam com a utilização de instrumentos. Contudo, havia a colocação de que a instrução da parteira para exercer tais exames táteis seria primordial, pois, sem tais conhecimentos prévios e noções básicas do ofício, a mulher examinada estaria exposta a prejuízos.

Quanto às precauções para a utilização do método e exame das mulheres, algumas disposições diziam respeito à parteira e outros à examinada. Podemos ver os preceitos de

⁶³ BERTHOU, Estephania. *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de guia as parteiras na arte dos partos: precedido d'huma dissertação sobre o tacto / obra dedicada ás mãis de familia por Mma. Estephania Berthou*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Seignot-Plancher, 1830. p.5.

higiene utilizados naquele contexto, como as indicações para a higienização das mãos após o atendimento de cada paciente, para não transmitir impurezas. Também, indicava que no caso de qualquer corte e machucado, em uma de suas mãos, fosse utilizada a outra mão, não correndo riscos de contaminar-se com moléstias. E por fim, a noção indispensável do uso de uma lubrificação para os exames de toque, sugerindo gordura ou manteiga, para melhor manejar e não causar grande sensibilidade nas mulheres.

As indicações para as examinadas variavam de posições no exame de acordo com a queixa, sendo identificação da prenhez ou possíveis moléstias e incômodos. Logo, estas deveriam ficar de pé, inclinadas ou deitadas as “avessas” para melhor aferir as necessidades da paciente. Ainda, era sugerido que as mulheres esvaziassem suas bexigas e intestino antes do procedimento para que não houvesse obstáculos nas buscas que se fariam.

A dissertação sobre o tato foi concluída com o desfecho de que somente as parteiras mais experientes e inteligentes conseguiriam usufruir desse método para identificar os sinais de incômodos e evitar equívocos. O preparo dessas mulheres seria a garantia de diagnósticos corretos, com o reconhecimento de características e dados que só seriam interpretados assertivamente por aquelas competentes. Novamente Mme. Berthou pontuou o aproveitamento do tato não somente para declarar uma prenhez, mas para reconhecer a falsa prenhez e até mesmo a prenhez extrauterina.

Pela perspectiva do estudo do feminino e do viés do corpo entendia-se a mutabilidade de adentrar na esfera da saúde e de seu desenvolvimento. Abordar as representações e visões do feminino no decorrer da história perpassava por aspectos religiosos, políticos, e médicos geralmente apoiados na ideia de uma ordem natural. Segundo Rohden (2001), foi no contexto de construção da ginecologia como disciplina no século XIX, que se definiu a ciência da diferenciação entre os sexos, e que se passou a dar uma atenção maior os estudos das mulheres, em comparação com os dos homens. Nestes estudos destacava-se as características físicas e mentais das mulheres, apresentadas fortemente vinculadas ao papel desempenhado pela função sexual.

Até o século XVIII o corpo da mulher era visto por uma “hierarquia evolutiva” como um grau anterior ao do homem, sendo o masculino e feminino um só sexo biológico com desenvolvimentos diferentes (LAQUEUR, 2001). A partir do XIX, com os desenvolvimentos da ciência e novas possibilidades de estudo de anatomia e fisiologia, as diferenças dos sexos começaram a ser estudadas. O corpo feminino tornou-se antagonista, ou complementar ao sexo oposto, com pesquisas sendo aprofundadas no

intuito de fundamentar tais conclusões. Afastando-se, em partes, da religião para explicar o funcionamento do corpo feminino a ciência volveu essa função, a sexualidade e os órgãos reprodutivos viraram a área que fundamentaria as diferenças entre homens e mulheres.

3.2 - Doenças e indisposições que acometem as mulheres

A inteligência d'estes preceitos rendendo a arte dos Partos menos longa, a experiencia menos perigosa, o juízo menos difícil, há de render a cura das doenças das mulheres mais fácil.⁶⁴

As noções acerca do funcionamento do corpo feminino e da garantia da boa saúde da mulher baseavam-se, então, na premissa de uma instabilidade natural deste sexo. Assim sendo, a desregulação ou “desordenamento” das funções da madre – também chamado o útero – como apresentado por Mme. Berthou, em seu “Compendio”, seria a principal causa das moléstias que acometiam as mulheres. Consequentemente, o conhecimento acerca da madre, e de suas partes dependentes, seria primordial para identificar as doenças das mulheres e tratá-las.

Considerando o que já foi exposto sobre a diferenciação entre os sexos, vemos neste manual de Mme. Berthou, a compreensão sobre a comparação entre as indisposições às quais estariam sujeitos os homens e as mulheres, estas últimas sendo desafortunadas mais suscetíveis às não somente às doenças dos homens, mas também a outras específicas do seu sexo biológico.

A premissa de que as “regras” seriam responsáveis pela regulação e pela boa saúde feminina foi apresentada de forma recorrente, explanando ainda que, os animais que não tinham mênstruos teriam uma boa saúde. Assim, a prenhez era vista como um período delicado em que a mulher estaria mais sujeita a desequilíbrios. Mme. Berthou continua suas orientações afirmando que as moléstias que poderiam acometer as mulheres, no tempo de prenhez, deveriam ser tratadas de forma distinta daquelas que se apresentavam nas mulheres que não estavam prenhes.

Para a Mme. Berthou “as mulheres, durante o tempo da prenhez, sofrem tantos incommodos, que vulgarmente, por esta razão, chama-se esta doença, doença de nove mezes”⁶⁵. Considerava que a condição da mulher prenhe era a de uma pessoa enferma, de

⁶⁴ BERTHOU, Estephania. *Op. Cit.* p.1.

⁶⁵ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.2.

tal forma que, logo após o parto sucederia o alívio dos incômodos e doenças da prenhez. Entretanto, as doenças não relacionadas à prenhez poderiam se agravar caso a mulher se descuidasse após o parto. Sendo assim a condição gestacional era considerada um grande incômodo, que deixava as mulheres ainda mais vulneráveis, e, que, portanto, deveria receber um tratamento ainda mais zeloso e atento.

3.3 - A matriz, os menstruos e a infertilidade feminina

As mulheres ordinariamente não possuem huma boa saúde, que quando são bem reguladas, he para dizer, quando se precisa e como se precisa na evacuação dos mênstruos, assim pode-se dizer que a matriz he o relógio da sua saúde.⁶⁶

A madre, como também era chamado o útero, era descrita, mesmo que de forma sucinta, por seus aspectos fisiológicos e anatômicos, identificando o tamanho aproximado, os orifícios, o posicionamento e anexos. O útero seria o cano principal, que se ligava a outras partes do órgão reprodutor feminino, possuía apenas um orifício, e podia ser diferenciado, pela grossura e tamanho desigual do mesmo, no caso das mulheres que já tivessem tido filho. O reconhecimento da prenhez poderia ser feito pelo tato do útero, que nessas condições, sempre apresentaria uma substância mais mole do que em qualquer outro momento.

Como foi anteriormente comentado, os preceitos científicos e os modelos médicos referidos por Mme. Berthou, em seu manual, tinham como referência a medicina francesa, de sua formação na *Faculté de Médecine de Paris*. Assim, no texto do observamos o uso de um vocabulário técnico, bem como de referências de outros autores e médicos, como o caso do obstetra francês François Mauriceau (1637-1709). Ao discorrer sobre a matriz no tempo de prenhez, a parteira alerta para possíveis rompimentos deste órgão, que por ser tão delgado nos últimos meses da prenhez corria este risco, corroborando com a argumentação de Mauriceau⁶⁷.

Considerava-se que a premissa de uma boa saúde da mulher viria regularidade de suas regras, ou mênstruos, e que era perceptível quando as mulheres precisavam da evacuação dos mênstruos. A construção da infeliz condição da mulher, com os desequilíbrios aos quais estaria mais suscetível do que os homens, era reforçada com as

⁶⁶ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.5.

⁶⁷ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.5.

noções de mênstruos e da lactação, considerados como processos fisiológicos exclusivos do sexo biológico feminino (LAQUEUR, 2001:8). Mme. Berthou assim referiu-se:

Qualquer doença que tenha huma mulher, quando esta doença he causada ou acompanhada d’huma supressão dos mênstruos, he preciso sangralla no braço ou no pé, conforme que os accidentes o requerem, pelo menos huma vez no mez, para suprir ao defeito d’esta evacuação natural ⁶⁸.

A assistência que deveria ser prestada às mulheres em momentos de indisposições ou quando acometidas de alguma moléstia, dependia das queixas da mesma. Em relação aos mênstruos, ou à menstruação feminina, as indicações eram uníssonas. Foram tratados no manual aspectos como o tempo de evacuação dos mênstruos, a supressão destes, a idade em que deixariam de aparecer nas mulheres e sua função, para que pudessem ser identificadas as situações e as terapêuticas a serem aplicadas.

O conselho sugerido de forma recorrente para restaurar a boa saúde da mulher, quando esta tivesse a supressão de seus mênstruos, era a técnica de sangria, que seria conveniente em muitas situações, mas não em todas elas. Nos casos de supressão dos mênstruos a indicação era sangrar a mulher pelo menos uma vez ao mês, principalmente se essa ocorresse acompanhada de doença num período tão inoportuno.

Mencionando os mênstruos com suas funções reguladoras, o tempo de evacuação deste também poderia ser indicador do estado de saúde das mulheres. O esperado seria a duração de mais de três dias e menos de seis, e todas mulheres observadas dentro dessa média apresentariam uma saúde boa em comparação as outras. Além desse aspecto, a autora associa a probabilidade de mortalidade ser maior entre as mulheres após os 45 anos – aproximadamente – justamente pela falta da evacuação menstrual. Segundo Berthou, “por causa que a natureza começa por então de ser privada da evacuação menstrual que lhes era salutífera”⁶⁹.

Comentava, ainda, que qualquer sangramento ocorrido em mulheres, com 58 anos ou mais, deveria ser investigado, pois não se tratava mais da evacuação de seus mênstruos, mas sim possivelmente de alguma moléstia grave, como úlceras cancrosas.

Mme. Berthou afirmou, também, que era muito raro mulheres se tornarem prenes sem terem tido pelo menos uma vez seus mênstruos, assim como mulheres partejadas engravidarem após o parto, sem terem tido a evacuação menstrual novamente. E que as meninas, de 13 ou 14 anos, que fossem enfermas e não tivessem tido a primeira evacuação

⁶⁸ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.6.

⁶⁹ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.7.

menstrual, podiam esperar que após a ocorrência desta, teriam uma melhora na saúde e na disposição.

A consideração da natureza instável e intemperada da mulher, alicerce quanto à biologia do corpo feminino, era também observado no manual. Dessa forma, as moléstias e as condições que as mulheres apresentavam durante seu tempo de vida, poderiam ser compreendidas como decorrentes desse estado inerente de desregulação.

A esterilidade, que não era vista como o único fator da impossibilidade de gerar descendentes, também estava associada ordinariamente a mulheres de saúde frágil:

A esterilidade vem o mais frequentemente do defeito pessoal que encontra-se nas mulheres, pois vê-se ordinariamente mais trinta mulheres estéreis para hum homem impotente. (...)

Ha certas mulheres que não são estéreis senão por hum tempo somente, e que mudando de temperamento com a idade, em fim tornão-se fecundas.⁷⁰

Vemos nas passagens acima a referência da infertilidade feminina como uma qualidade mutável, que poderia ser alterada dependendo do temperamento e obstruções da matriz, que seriam responsáveis pela esterilidade. Ainda, vê-se a comparação biológica do homem e da mulher, que mesmo não seguindo mais o modelo de sexo único, presente até meados do século XVIII, seria a régua de comparação entre os sexos (LAQUEUR: 2001: 190).

Apesar disso, a ideia de que o temperamento da mulher seria único fator responsável pela dificuldade em ser fértil era refutada no manual, pois Mme.Berthou pontuou que, “tornão-se fecundas com os outros homens, cujo temperamento tem mais conformidade com o seu”⁷¹. Dessa forma, considerava que a falta de compatibilidade entre indivíduos poderia ser a causa da falha na concepção:

Certas mulheres que pelos obstaculos do seu temperamento tinham parecido serem estéreis com homens que não erão impotentes, tornão-se fecundas com os outros homens, cujo temperamento tem mais conformidade com o seu⁷².

A questão da evacuação dos mênstruos também foi retomada quando tratou da esterilidade feminina, considerando que aquelas que fossem privadas da menstruação, seriam de todo estéreis, e que aquelas que tivessem uma evacuação instável, ou pequena, teriam mais dificuldade para conceber.

⁷⁰ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.13.

⁷¹ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.14.

⁷² BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.14.

A análise deste manual nos leva a perceber o reflexo de alguns aspectos sobre o papel social da mulher, e a construção de um saber médico-científico específico ao corpo feminino, presentes no período em questão. As implicações de que a esterilidade feminina poderia ter no papel social da mulher, como reprodutora, ia além desta como indivíduo, adentrando o campo da maternidade enaltecido pelos discursos médicos (MARTINS, 2004:131).

Tendo em vista as ideias e concepções a respeito de sexo e gênero, e o modelo biológico de oposição entre feminino e masculino, vigentes no século XIX, a visão da relação entre a anatomia e a identidade de gênero acarretava responsabilidades à mulher, a sua função social, pois a impossibilidade de concepção seria considerada como fator de desarmonia do sistema (MARTINS, 2004:131).

3.4 - Noções sobre o corpo feminino no tempo de prenhez

Mme.Berthou, em outros trechos do “Compendio”, chamou atenção para as noções sobre o corpo feminino no tempo de prenhez, para os vômitos de mulheres grávidas, perda de sangue, convulsão, febre, e diferentes tempos de prenhez. Cada uma das situações citadas tinha suas devidas orientações, e considerações quanto a riscos para a saúde da mulher e de seu filho:

Como a cura das doenças das mulheres differe grandemente da cura destas dos homens, o tratamento das enfermidades das mulheres pejudadas não differe menos d’este do que pode convir as doenças das mulheres que não são prenes ⁷³.

Poderia ser muito incomodas as condições às quais estava sujeita a mulher prenhe, e assim, os cuidados a serem prestados às mulheres prenes e parturientes deveriam ser especiais.

Por tratar-se de um manual, Mme.Berthou buscava orientar, em cada um dos tópicos, sobre as possíveis práticas a serem adotadas, além de apresentar os conhecimentos anatômicos e fisiológicos que deveriam ser considerados pelas parteiras para diagnosticar e tratar adequadamente as mulheres.

O intuito do manual era o de instruir aquelas interessadas na arte da parturição. Apresentava as limitações na prática da parturição, como questões de pudor ou até de possibilidade de visualização, quando a observação visual fosse pouco apropriada.

⁷³ BERTHOU, Op. Cit. 1830. p.2.

Embora considerasse o tato como ferramenta diagnóstica, como o principal aparato para o exercício da parteira, a sua prática demandava precauções e conhecimentos prévios, que podiam delimitar a atuação dessas mulheres.

No início da obra apresentou que o uso de ferramentas seria contraindicado às mulheres não instruídas. Recomendou, também, a prudência entre as parteiras para reconhecer suas ignorâncias.

Ao retomar os tópicos acerca das mulheres prenhes, sinalizou, entretanto, a indicação de práticas sem restrições quanto ao seu uso. Estavam presentes entre as orientações a prática das sangrias, ou o rompimento de membranas e bolsas das mulheres grávidas, ou receitas de remédios.

Em relação aos aspectos anatômicos, citou as dimensões da bacia, ou a configuração do útero e suas membranas durante a prenhes, bem como, a sinalização de gravidez fora da madre – útero – podendo ser localizada nas tubas. Essa última conhecida atualmente como gravidez ectópica.

A autora apresentou, de forma sucinta, a necessidade de serem observadas as dimensões da bacia, pois a partir dessas medidas poderiam prever a facilidade ou dificuldade que a parturiente teria no momento do parto. As membranas do feto podiam ser fortes ou fracas, e eram duas: Corião e Amnios (Amnío e Cório). O rompimento de membranas era trabalho da madre, e essa o fazia a tempo do parto. Todavia, em casos urgentes, era preciso fazê-lo.

Sobre a fisiologia feminina no tempo de prenhez, foram citados os diferentes tempos de gestação, os sinais que indicavam a gravidez ou a falsa gravidez, e a função da placenta e do cordão umbilical.

O tempo de gestação seria de normalmente 9 meses, podendo atrasar alguns dias, mas nunca passando dos 10 meses. As mulheres poderiam sentir movimentação de seus filhos em diferentes tempos, algumas no terceiro mês, outras no quarto.

O cordão umbilical era composto por três vasilhas, sendo elas: uma única veia e duas artérias, contidas em comum movimento. Sua função seria de nutrimento do feto, que não receberia nenhum tipo de nutrição pela boca durante a gestação. O cordão umbilical era insensível, porque não existia nervo localizado em sua extensão.

Em relação aos sinais que determinavam a prenhez, citou o orifício da matriz que se encontraria pequeno e duro, e o umbigo afundado. Aquelas que estavam grávidas de mais de um filho, encontravam-se mais indispostas durante toda prenhes, além de terem o parto adiantado de 15 dias a três semanas.

A respeito da natureza da mulher e de sua influência no processo de concepção e gestação, afirmou:

Se a forte imaginação d'uma mulher prenhe pode imprimir alguma nodoa no corpo do filho, como acredita-se, isso não he senão durante os primeiros dias da conceição, pois quando o filho he inteiramente formado, e hum pouco fortificado, a imaginação não lhe pode mais mudar a sua primeira forma ⁷⁴.

Vemos no trecho acima que, entendia ser possível a influência da imaginação da mulher prenhe na formação do seu filho. Agregava a ideia de que a natureza da mulher tinha impacto não apenas na sua saúde, mas também no desenvolvimento inicial do feto. Em contrapartida, considerava ser possível que mulheres enfermas gerassem filhos – meninos – saudáveis, já que eles teriam um princípio de vida particular:

Quando he impossível salvar a mãe e o filho, no tempo do parto, a vida da mãe sempre deve ser preferível a do filho.
(...) O primeito parto d'uma mulher quase he mais dificultoso que os que seguem.⁷⁵

Embora fosse, à época, associada a função reprodutiva às mulheres, no caso de partos laboriosos e risco de morte a mãe e ao filho, tinha-se a indicação que sempre deveria se salvar a mãe. Comentou, ainda, que o primeiro parto de uma mulher seria mais dificultoso do que os seguintes.

Vemos que Mme.Berthou baseou-se em diversos preceitos médicos, noções como de circulação sanguínea – as artérias e veias – bem como, sobre a anatomia e fisiologia feminina que não poderiam ser “observadas” a olho nu, por dificuldades práticas, tendo em vista os órgãos não serem visíveis externamente, e também a questão do pudor. Logo, seus conhecimentos científicos remetiam a sua formação francesa, especialmente os saberes relativos ao corpo feminino e a seu funcionamento.

A produção de conhecimentos a respeito da gravidez e do parto, sua disseminação em obras, tendo a mulher como objeto de análise e o corpo feminino como objeto de conhecimento podem ser notadas desde o século XVIII (MARTINS, 2004: 73).

3.5 - Moléstias das “mulheres prenhes”

O “Compendio” de Mme.Berthou demonstrou também interesse sobre outras moléstias que poderiam aparecer durante o tempo de prenhez. Neste sentido, foram

⁷⁴ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.15.

⁷⁵ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.45.

citadas: doenças venéreas da mulher prenhe, a descida da matriz, a inflamação da matriz, hydropesia da matriz, hydropesia da barriga, cancro da madre, sufocação da matriz, febre puerperal, convulsões, sangramentos e vômitos das mulheres prenhes.

Apresentou observações sobre várias moléstias e sintomas que poderiam aparecer nas mulheres, tendo em comum o órgão principal, a madre ou matriz. Iniciamos então, com o tópico sobre a descida da matriz, no qual considerou que as condições para que ocorresse a descida eram derivadas de partos violentos, e poderiam manifestar-se em todas as mulheres, fossem mães ou filhas. A principal preocupação ressaltada pela parteira era a perda de sangue contínua, que teria como consequência a morte da parturiente.

Pouco comentou sobre as práticas ou remédios para tratar esse mal, indicando apenas o parto deitado, e também, o repouso. Outras recomendações eram evitar carregar pesos, ou realizar passeios, além de, não utilizar qualquer acessório de compressão da barriga como ligaduras, que poderiam agravar aquela condição. Nos casos de descida inveterada, indicava-se o uso de um pressário⁷⁶ – um dispositivo vaginal utilizado de suporte que impedia que os órgãos “caíssem”.

Já a chamada hydropesia da matriz seria o derramamento de “aguas” da madre, que não estariam envolvidas por nenhuma membrana. A hydropesia da barriga era causada pela privação dos mênstruos e precedia o tempo de prenhez, mas podia aumentar após a mulher ser partejada.

No que se referia às doenças venéreas da mulher prenhe, não especificou se existiriam distinções entre essas, apenas citando como “mal venereo”. A autora explicou que existiam tratamentos – embora não discorresse sobre quais seriam eles – que poderiam ser realizados nos primeiros seis meses de gestação, ou após as mulheres terem parido:

As mulheres prenhes, infectadas do mal venereo, podem ser tratadas nos primeiros seis mezes da prenhez; mas he melhor diferir o trato das outras depois de estarem partejadas.

(...)

Os filhos que nascem infectados do mal venereo que a mãl lhes tinha comunicado, quazi morrem todos pouco tempo depois do seu nascimento⁷⁷.

⁷⁶ Os pressários são atualmente denominados “Pessários”, e são componentes de uso ginecológico produzidos com silicone e utilizados no tratamento ginecológico.

⁷⁷ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.31.

Ainda, no caso do mal venéreo, se as úlceras estivessem localizadas nos lábios externos da vulva, poderiam ser curadas pela salivação. Mas, se encontrados no corpo da matriz, eram consideradas incuráveis.

A inflamação da matriz representava, segundo o manual, um grande perigo para a mulher, mesmo se ocorresse pouco depois de partejar. Nesses casos, quaisquer remédios purgativos seriam maléficos à saúde da parturiente, e a parteira não teria nenhuma indicação de remédio ou prática paliativa ou de tratamentos. Em sequência, tratou do cancro da madre:

O cancro da madre sempre faz miseravelmente morrer as mulheres que são afligidas deles depois de lhes terem feito passar huma vida languida e cheia de continuas dores durante annos inteiros ⁷⁸.

Tratava-se de outra moléstia citada, com indicações de diagnósticos, mas que não havia indicação de tratamento para cura ou amenização de sintomas. Tal qual a sufocação da matriz, que também não teria soluções indicadas, que seria causada por mênstruos ou lochios retidos ou corrompidos na madre.

Os vômitos, febres, convulsões e sangramentos seriam indicativos da má disposição da mulher após o parto, mas não teriam uma causa específica. Deveria a praticante observar e buscar reconhecer qual a moléstia a parturiente estaria sofrendo, para que assim pudesse assistí-la e curá-la.

⁷⁸ BERTHOU, *Op. Cit.* 1830. p.51.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos apresentar o ofício da parturição, praticado no Brasil oitocentista, a partir da análise de um manual, do “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d’huma dissertação sobre o Tacto”, de Estephania Berthou (1806-), uma parteira de origem francesa, que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1830.

Ao estabelecermos nossos objetivos, compreendemos a necessidade de delimitar as praticantes da arte do parto, as chamadas parteiras, diplomadas ou licenciadas, que atuavam no Rio de Janeiro do século XIX, para melhor direcionar a discussão proposta. A análise da atuação e da diversidade de perfis entre as madames do parto, as parteiras leigas, as examinadas, e as diplomadas, foi possível principalmente por meio dos anúncios e comunicados publicados nos periódicos.

Percebemos, igualmente que os serviços que estas parteiras ofertavam não se restringiam apenas ao auxílio no momento do parto, mas sim englobando a assistência em outros aspectos da saúde da mulher.

Compreender a mulher como um agente histórico, como sujeitos de sua história, e assim contribuir para a valorização e a reinterpretação de sua história, nos mobilizou. Compreender o desenvolvimento e a institucionalização do campo da obstetrícia e da ginecologia, especialmente no final XIX, a partir do viés dos médicos e doutores formados pelas escolas médicas, que por vezes desvalorizam o ofício das parteiras.

Reconhecer que mesmo antes da institucionalização do ensino da arte dos partos haviam praticantes exercendo o ofício e alcançando alguma aceitação, mesmo entre o meio da medicina acadêmica, é importante para dissociar de uma imagem exclusivamente pejorativa que teria sido atribuída às parteiras. As parteiras leigas, examinadas e diplomadas, atuavam simultaneamente no mesmo período e espaço observados, e estabeleciam entre si relações profissionais amistosas ou não.

Assim, percebemos que as transformações ocorridas no período, como a consolidação do papel da ciência, e a criação de instituições, como as escolas médicas no Rio de Janeiro e em Salvador, nas primeiras décadas do séc. XIX, influíram certamente nas atividades de praticantes das artes de curar, como as parteiras. A regulamentação do ofício – a princípio pela Fisicatura-Mor e posteriormente pelas Câmaras Municipais – e a criação de um Curso de Partos, em 1832, sinalizavam a ordenação dessa prática, estabelecendo requisitos para sua atuação e demarcando os encargos do ofício.

Tais fatos podem ter contribuído para a configuração de um cenário de disputa entre as próprias parteiras, e depois, dessas mulheres com os médicos. No período, a formação em instituições acadêmicas era um fator que conferia reconhecimento às práticas médicas, e era considerada também um requisito para a comprovar a qualificação das parteiras no exercício da sua atividade.

A influência do modelo francês de ensino médico também pode ser vista, ao analisarmos os cursos de formação de parteiras. Além disso, devemos levar em consideração, também, que muitas das parteiras atuantes na época eram estrangeiras, vindas de Portugal ou França.

Um manual de parto, publicado por uma parteira licenciada, foi o foco central e principal fonte de nossa análise, tendo nos permitido observar os diferentes aspectos da prática e trajetória de uma parteira estrangeira em território nacional. Além de outras fontes primárias que subsidiaram essa análise, os diversos anúncios e comunicados publicados pelas várias parteiras, e em especial por Mme. Berthou, nos possibilitou reconstruir sua trajetória profissional. A composição de uma imagem profissional alicerçada nos atributos de sua formação, sugeriam a busca por reconhecimento e confiabilidade da clientela a ser conquistada no Brasil.

Seus anos de atuação profissional nos permitiram identificar sua relação com outras profissionais do parto. Por outro lado, a trajetória de Mem. Berthou serviu de referência para outras trajetórias, como a da parteira Durocher, que a considerou um modelo. Em contrapartida, percebeu-se a existência de rivalidades estabelecidas com outras praticantes, como a Mme. De Bussy, em decorrência de questões das capacidades profissionais.

Ademais, sua atuação numa instituição de relevância, como a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, nos levou a pensar a importância desse espaço como espaço de atuação, mas também de circulação de conhecimentos, de saberes e práticas.

A análise do “Compendio” de Mme. Berthou também nos possibilitou refletir sobre a produção de matérias voltados à vulgarização dos conhecimentos científicos. Nesse sentido foram localizados outros manuais destinados a um público leigo, como as mulheres prenes, parturientes ou mesmo as parteiras.

Todavia, considerando a data de publicação do “Compêndio”, na primeira metade do oitocentos, quando ainda estava se estabelecendo as instituições de formação, num contexto de institucionalização das ciências, é interessante olhar essas iniciativas de

transmitir os conhecimentos médicos. Outro ponto interessante refere-se à autoria do “Compendio”, ou seja, de uma mulher e parteira, o que não era muito comum à época.

O ofício da parturição, ao longo do século XIX, foi transformando-se em decorrência das questões já citadas, como a institucionalização da prática, as condições de formação e de regulamentação deste ofício. O processo de institucionalização da medicina, e a construção do campo médico obstétrico, suscitaram a busca pela legitimação e reconhecimento do saber médico acadêmico, oficial, e o discurso de deslegitimação das parteiras, principalmente as tradicionais que não tinham uma formação oficial. Cabe a ressalva de que, mesmo com o reconhecimento do saber médico, ainda era vista a presença e preferência por parteiras na assistência às mulheres na sociedade. Talvez essa preferência se desse em decorrência do pudor e da relação de confiança estabelecida até então entre as mulheres praticantes e as mulheres atendidas. Ademais, a transferência do atendimento dos ambientes domésticos para os ambientes hospitalares também foi razão para o estranhamento e receio das mulheres, em função da estrutura desses locais.

Considerando o cenário da saúde pública no Brasil do século XIX, e tendo em vista que o campo médico era fundamentalmente masculino, podemos compreender a questão da resistência das famílias e mulheres em relação ao atendimento médico. Assim, a participação das parteiras diplomadas e examinadas nas enfermarias da Santa Casa – o exemplo de Mme. Estephania Berthou – apresentava-se benéfica e conveniente também para os médicos acadêmicos. Tiveram que ser feitas adequações para que fosse possível a procura pelo ambiente hospitalar, visto que grande parte do atendimento das parteiras era feito a domicílio. Estratégias foram tomadas pensando na conciliação dos médicos com o ambiente familiar, e a valorização da mulher em seu papel de mãe provou-se a técnica mais efetiva para que essa mudança ocorresse.

O cuidado com o corpo e a saúde, conectados ao processo de racionalidade científica presente desde o século XVIII, fez-se objeto de interesse científico e também do Estado. A crescente importância conferida pelos médicos ao estudo do corpo feminino pode ser vista nas teses médicas apresentadas, na segunda metade do XIX, às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro, e da Bahia.

A mulher, em seu papel social como mãe, tinha a responsabilidade de gerar não apenas filhos, mas também cidadãos para a nação. A preocupação com as taxas de mortalidade infantil – altas na época – eram incentivos para o aprofundamento do estudo.

O corpo feminino foi, então, sendo identificado como objeto de análise do conhecimento médico. Entretanto, a assistência prestada às mulheres já era amparada pelas parteiras. O trabalho dessas mulheres era solicitado em diferentes situações, no atendimento e auxílio a mulheres jovens, de mais idade, parturientes ou prenhes.

Referências

- Fontes

Fontes primárias manuscritas

- Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.49

Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data: 1833 – 1833.

Nível de Descrição: DOSSIÊ.

Âmbito e Conteúdo: Parteiras – Documentos acerca do projeto apresentado à Câmara Municipal de Florêncio Estanislau Le Masson sobre o hospital que ele fundou destinado às mulheres que terão parto e ao ensino de parteiras, localizado na Rua do Espírito Santo, número 40.

- Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.46.2.39

Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data: 1826 – 1837.

Nível de Descrição: DOSSIÊ.

Âmbito e Conteúdo: médicos, cirurgiões, farmacêuticos, sangradores e dentistas – ofício do escrivão do cargo de cirurgião-mor do Império Luiz Bandeira de Gouveia. ofício do cirurgião-mor da câmara municipal João Antonio de Goes Neves. requerimento de Florencio Estanislau Le Masson sobre o hospital destinado às mulheres que terão parto e ao ensino de parteiras. diversos registros de cartas de médicos e cirurgiões. requerimentos de licenças para venda de medicamentos. requerimentos para exercer a função de médico e cirurgião. registros de diplomas.

- Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.48

Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data: 1831 – 1832.

Nível de Descrição: DOSSIÊ.

Âmbito e Conteúdo: parteiras – requerimentos pedindo licença para o exercício da profissão. diversos ofícios sobre a queixa prestada pela Francesa Berthou, parteira da Santa Casa de Misericórdia, à francesa Bussy, por se intitular parteira sem ter diploma; anúncio da parteira Bussy. ofícios sobre o projeto de Florêncio Estanislau Le Masson apresentado à câmara municipal de um hospital destinado às mulheres que terão parto e para o ensino de parteiras.

- Código de Referência: BR RJAGCRJ.CM.OEP.47.1.47

Título: OFÍCIOS E PROFISSÕES.

Data: 1820 – 1878.

Nível de Descrição: DOSSIÊ.

Âmbito e Conteúdo: Parteiras – relação das parteiras que apresentaram suas cartas de licença. requerimentos de parteiras à Câmara Municipal solicitando suas cartas de licença para exercerem o ofício de parteiras. carta de licença de Matildes Isidora de Oliveira, concedida pelo cirurgião do Império Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Solicitações de registros de diplomas de parteiras. ofícios e assinatura da parteira Marie Josephine Mathilde Durocher, parteira da Casa Imperial.

Fontes primárias impressas

- *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Anos 1844 a 1864. Disponível em:

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>. Acesso em 1º de março de 2021.

- ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Guia da mulher pejada. Preceitos hygienicos. Molestias e accidentes. Seu tratamento: allopathico, pelo autor; homeopatico, pelo Dr. Castro Lopes; e dosimetrico, pelo Dr. José de Goes. Precedidos do calendario da Prenhez com o qual se pode marcar o dia do parto, a época da fecundação e o período em que se devem sentir os movimentos do feto*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C., 1882. Disponível em:

<https://collections.nlm.nih.gov/ext/kirtasbse/67150730R/PDF/67150730R.pdf>

Acesso em 2 de março de 2021.

- ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.166, 23 de julho de 1848, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_03/12010

Acesso em 20 de março de 2021.

- ANNUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XIII, n. 246, p.3, 6 de setembro de 1856. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/12310> Acesso em 2 de março de 2021.

- ANNUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 220, p.3, 12 de agosto de 1857. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/13652> Acesso em 20 de março de 2021.

- ANNUNCIOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, anno XVI, n. 154, p.3, 5 de junho de 1859. Disponível em:

- <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/16245> Acesso em 20 de março de 2021.
- ARTIGOS Comunicados. *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n.399, 13 de outubro, anno de 1830, p.1687. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/1755>
Acesso em 20 de janeiro de 2022.
- BERTHOU, Estephania. *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de Guia ás parteiras na Arte dos Partos, procedido d'huma dissertação sobre o Tacto*. Obra dedicada ás mãis de família. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Seignot-Plancher 1830. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1469005/or1469005.pdf
Acesso em 20 de março de 2021.
- BONJEAN, Luiz Francisco. *O medico e o cirurgião da roça, novo tratado completo de medicina e cirurgia domestica adaptado á intelligencia de todas as classes do Povo, por L.F.Bonjean, de Chabéry, doutor em medicina [...] acompanhado de 64 estampas [...]*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6843> Acesso em 2 de março de 2021.
- BRASIL. Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/norma/392481/publicacao?tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB> Acesso em 20 de novembro de 2021.
- BRASIL. Lei de 3 de outubro de 1832. Disponível em:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html
Acesso em: 08 de agosto de 2021
- CARRÃO, João Pedro de Amorim. Algumas considerações á cerca da importância e necessidade de parteiro durante o trabalho de parto. *Archivo Medico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo II, n.1, setembro de 1845, pp.8-10. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/700347/305> Acesso em 10 de março de 2022.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>
Acesso em 22 de março de 2021
- DECLARAÇÕES. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.15, 18 de dezembro de

1830, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11943

Acesso em 22 de março de 2021

- IMBERT, Jean-Baptiste Alban. *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades medicas de todas as classes*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Disponível em:

<https://archive.org/details/DELTA539211FA/page/n9/mode/2up?view=theater>

Acesso em 22 de março de 2021

- IMBERT, Jean-Baptiste Alban. *Guia medica das mães de familia, ou A Infancia considerada na sua hygiene, suas molestias e tratamentos*. Rio de Janeiro: Tipografia Franceza, 1843. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1466193/or1466193.pdf Acesso em 22 de março de 2021

- [INTERIOR]. *O Moderador. Jornal Politico, Commercial e Litterario*, n.45, p.2, anno 1830, 20 de outubro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702471/167>

Acesso em 10 de janeiro de 2021.

- LIVROS á venda. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, v.1, n.78, p.1, 20 de novembro de 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709530/315>

Acesso em 2 de março de 2021.

- MAZAREM, Joaquim da Rocha. *Quadros synopticos das molestias das mulheres de parto e dos recém-nascidos*. Lisboa: Typ. de J. M. R. e Castro, 1839. Disponível em: <https://iiif.wellcomecollection.org/pdf/b22023240> Acesso em 8 de dezembro de 2020.

- *MEMORIAL para se consultar quando se tratar de uma nova organização das Escolas Médicas, oferecido à sábia consideração da Augusta e Digníssima Assembléa Legislativa por Mme. Berthout parteira mestre da Santa Casa de Misericórdia em 27 do julho próximo passado e enviado pela Comissão de Saude Publica*. [Rio de Janeiro]: Typ. Imperial e Constitucional de Seignot e Plancher, [1832].

Localização: BN Livros Raros - 099A,018,005.

- NOTICIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, Rio de Janeiro, n. 143, 24 de maio de 1864, p.1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/217280/23372> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

- NOTICIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.14, 20 de novembro de 1822, p.68. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=2413

- NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.1, 2 de agosto de 1830, p. 3. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=11482
- NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.23, 27 de agosto de 1830, p.84. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11570
Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- NOTÍCIAS Particulares. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, v.2, n.143, p.3-4, 7 de fevereiro de 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/1308
Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- NOTÍCIAS particulares. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.166, 23 de julho de 1833, p.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4313
Acesso em 22 de março de 2021
- NOTÍCIAS particulares. *Diario do Rio de Janeiro*, n.7, 10 de janeiro de 1834, p. 3. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=15411
- *Nouvelle Bibliothèque Médicale, et Bulletin de l'Athénée de Médecine de Paris, augmentée d'un recueil de médecine vétérinaire*. III^e année, tome neuvième. Paris: Gabon et C^{ie}, Baillièrre Librairie, 1825. Disponível em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9782963z?rk=42918;4>
Acesso em 8 de março de 2021.
- OBRAS publicadas. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.15, 18 de fevereiro de 1832, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/13306
- OBRAS Publicadas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno VII, n.169, 27 de julho de 1833, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4324
Acesso em 10 de março de 2022.
- PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1844*. p.213. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1844/00000159.html
Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- PARTEIRAS. *Almanak Administrativo. Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1847*. p.291. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394x/1399>
Acesso em 8 de janeiro de 2021.

- PARTEIRAS. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1848. p.333. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=2039>

- PARTEIRAS. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1864*. p.489. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1864/00000497.html

- PINTO, Antonio Ferreira. *O medico da primeira infancia ou o conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.

- RIBEIRO, Joaquim Antonio Alves (1830-1875). Manual da parteira, ou, Pequena compilação de conselhos na arte de partejar: escrita em linguagem familiar. Fortaleza [Brasil]: [s.n.], 1861. Disponível em:

<https://collections.nlm.nih.gov/ext/kirtasbse/67340390R/PDF/67340390R.pdf>

Acesso em 8 de janeiro de 2021.

- Bibliografia

- ABREU, Jean Luiz Neves. Tratados e construção do saber médico: alguns aspectos dos paratextos nos impressos de medicina luso-brasileiros - século XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 06, n. 02, jul.-dez., 2013, pp.21-34. Disponível em:

<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/231/160>

Acesso em 20 de março de 2021.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. In NOVAIS, Fernando (coord.). *História da Vida privada no Brasil. 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019. pp.12-93.

- BARBOSA, Giselle Machado. As parteiras legalizadas nos documentos da Fisicatura Mor (1808-1828): Reflexões iniciais. In *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia - 14º SNHCT*, 2014.

- BARBOSA, Giselle Machado. *As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)*. 161f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertao_Giselle%20Barbosa.pdf

Acesso em 20 de março de 2021.

- BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, 1º sem. 2007, pp. 219-236. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30982/18071>

Acesso em 10 de setembro de 2021.

- BARRETO, Renilda. Corpo de mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, pp. 127-156. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2662/2199>

Acesso em 20 de março de 2021.

- BARROS, José d' Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2008

- BIGUELINI, Elen. *Tenho escrevinhado muito: Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*. Tese (Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo Economias e Sociedades). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, abril de 2017. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79402/1/Tenho%20escrevinhado%20muito.pdf>

Acesso em 10 de março de 2022.

- BRASIL, Etienne. *La France au Brésil*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1920. INTERNET ARCHIVE. Disponível em:

<https://archive.org/details/lafranceaubresil00bras> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

- BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, abr.- jun.1991, pp.135-149. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>

Acesso em 20 de março de 2021.

- BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas, comadres ou parteiras. A obscura história das mulheres e a ciência. Dos contornos do conflito parteiras e parteiros franceses*. Belo Horizonte: COOPMED, 2005.

- BRENES, Anayansi Correa. História da obstetrícia no Brasil: o fracasso da Escola de Obstetrícia para Mulheres, no Rio de Janeiro, 1832. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.18, n.2, 2008, pp.141-147. Disponível em: <http://rmmg.org/sumario/43>

Acesso em 15 de janeiro de 2021.

- BRENES, Anayansi Correa. "Un regard brésilien sur le cas de Paris : le mouvement des accoucheuses formées à Rio de Janeiro. Entre la philanthropie et la pratique libérale à bas prix (1844-1895)". In FATOU, Sow (éd.). *La recherche féministe francophone. Langue, identités et enjeux*. Paris, Karthala, «Hommes et sociétés», 2009. pp. 497-511. Disponível em: <https://www.cairn.info/la-recherche-feministe-francophone--9782811102777-page-497.htm?contenu=article>

Acesso em 15 de agosto de 2021.

- CAROL, Anne. Sage-femme ou gynécologue ? M.-A. Boivin (1773-1841). *Clio*.

Femmes, Genre, Histoire, 33, 2011, pp. 237-260. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/cli/10097> Acesso em 15 de agosto de 2021.

- CHALHOUB, Sidney (org). *Artes e ofícios da cura no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

- CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- CORREIA, Clara Pinto. *O ovário de Eva: a origem da vida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- DORNELAS, Isabela. *Ensino de obstetrícia no Brasil do século XIX: entraves na medicalização do parto*. In: *História das Ciências: saberes e práticas em análise*. 1ed. São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1.

- ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>
Acesso em 24 de novembro de 2021.

- EDLER, Flavio coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v.50, n.2, 1998, pp.169-186. Disponível em:

<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/341/339>

Acesso em 20 de março de 2021.

- EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes. Elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX*. 231f. Dissertação (Mestrado em HistóriaEconômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2008. Disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15042009-143805/publico/ALISSON_EUGENIO.pdf

Acesso em 20 de março de 2021.

- FARINA, Crispim Duilio. Parteiros do Imperio (Acheias à história da obstetrícia no Brasil). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.74, 1978, pp.18-34. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-74.pdf>

Acesso em 5 de abril de 2021.

- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber médico no século XIX: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, Curitiba, n. 25, 2005, pp. 59-73. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a05.pdf> Acesso em 10 de março de 2021.

- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. “A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial”. In PORTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, M.Rachel Fróes da; COSTA, Renato Gama-Rosa. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp.31-57.

- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. “A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação”: imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do séc.XIX”. *Varia História*, Belo Horizonte, v.34, n.66, setembro/dezembro 2018, pp.637-668.

- FOUCAULT. Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber. v.1*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz &Terra, 2017.

- FRANCO, Renato Junio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 27, 2014 p. 5-25.

- FRANÇA, Aline de Souza Araújo. *Um livro “maneiro, singelo e despido de pretensões científicas”: o Guia da Mulher Pejada e a vulgarização científica no século XIX*. 146f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.

Disponível em:

http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_aline_frana.pdf

Acesso em 2 de março de 2021.

- FREITAS, Patrícia de. A mulher é seu útero”. A criação da moderna medicina feminina no Brasil. *Antíteses*, Londrina (PR), v. 1, n. 1, jan.-jun. 2008, pp. 174-187. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1431/1627>

Acesso em 8 de março de 2021.

- GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6128> Acesso em 8 de março de 2021.

- GUIMARÃES, M. Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, mai.-ago. 2005, pp.501-514. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/16.pdf> Acesso em 8 de março de 2021.

- HANAFI, Nahema. Les femmes lettrées du siècle des Lumières face à leurs soigneurs: des rapports de pouvoirs, de savoirs et de genre dans la relation thérapeutique. *Bulletin du centre d'étude d'histoire de la médecine*, 2000, pp.21-46. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00556840/document>

Acesso em 8 de março de 2021.

- HARTS, Caroline. *Les femmes et l'accouchement à la Maternité de Paris. 1815-1840*. Mémoire présenté pour l'obtention du grade de maître es arts (M.A.). Faculté des Lettres, Département d'Histoire. École des Gradués Université Laval, novembre 1993. Disponível em: <https://corpus.ulaval.ca/jspui/handle/20.500.11794/17834>

Acesso em 15 de julho de 2021

- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2001.

- LÓPEZ-OCÓN, Leoncio. Balance de unas jornadas parisinas sobre la Historia de la Divulgación Médica, *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v. 47, n.1, 1995, pp. 261-274. Disponível em:

<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/461/458>

Acesso em 8 de março de 2021.

- LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

- MARQUES, Rita de Cássia. “É preciso ser piedoso”: a imagem social do médico de senhoras. *Belo Horizonte 1907-1939*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

- MARQUES, Vera Regina Beltrão. Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no setecentos. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n.32, julho 2004, pp.37-47. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572cad5620c647e2e6e346d4/1462545754477/02_Marques%2C+Vera+Regina.pdf

Acesso em 20 de março de 2021.

- MARTINS, Ana Paula V. “A obstetrícia e a ginecologia no Brasil”. In _____. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 139-170. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/jnzhd/pdf/martins-9788575414514-06.pdf>

Acesso em 10 de março de 2022.

- MARTINS, Ana Paula V. “O médico de senhoras e a clínica de mulheres”. In _____. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio

de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 171-215. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/jnzhd/pdf/martins-9788575414514-07.pdf>

Acesso em 5 de janeiro de 2021.

- MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v.13, n.3, set./dez. 2005, pp.645-665. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a11v13n3.pdf> Acesso em 20 de março de 2021.

- MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel (orgs). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

- MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. *Parteiras e médicos: a disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX*. 395f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Disponível em: <http://www.posgraduacao.iesc.ufrj.br/media/tese/1437657900.pdf>

Acesso em 20 de março de 2021.

- MEDEIROS, Helber Renato Feydit de; CARVALHO, Diana Maul de; TURA, Luiz Fernando Rangel. A concorrência na arte de partejar na cidade do Rio de Janeiro entre 1835 e 1900. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out/dez. 2018, pp. 999-1018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v25n4/0104-5970-hcsm-S0104-59702018005000002.pdf>

Acesso em 20 de março de 2021.

- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (séc. XVIII-XIX). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, Rio Grande, RS, v.9, n.17, jan.- jun. 2017, pp.138-159. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10728/pdf>

Acesso em 8 de março de 2021.

- MOTT, Maria Lucia. Madame Durocher, modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano .2, n.3, 1º semestre 1994, pp.101-116. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16292/14833>

Acesso em 8 de março de 2021.

- _____. 1999a. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.7, ns.1-2, 1999, pp.25-37. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11952/11218>

- _____. 1999b. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de*

Pesquisa, São Paulo, n.108, nov. 1999, pp.133-160. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a06n108.pdf> Acesso em 8 de março de 2021.

Acesso em 8 de março de 2021.

- _____. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960).

Revista Projeto História, São Paulo, v. 25, p. 197-219, jul.-dez. 2002. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10588/7878>

Acesso em 10 de janeiro de 2021.

- _____. Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil

(1972-2002). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul.-dez. 2002, pp.439-507. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000200017/8857>

Acesso em 6 de julho de 2021.

- _____. Une sage-femme franco-brésilienne à Rio de Janeiro au XIXe siècle. *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, 19, 2004. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/clio/658> Acesso em 8 de agosto de 2021.

- _____. Parteiras: o outro lado da profissão. *Gênero*, Niterói, v.6, n.1, 2005, pp. 117- 140. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31012/18101>

Acesso em 8 de março de 2021.

- PERROT. Michelle. Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, 1995, pp. 9-28. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733/1734>

Acesso em 8 de março de 2021.

- PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura mor no Brasil no começo do século XIX*. 153f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP: 1997. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281459/1/Pimenta_TaniaSalgado_M.pdf Acesso em 10 de março de 2021.

- _____. *Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX*. *Caderno CEDES*, Campinas, SP, v. 23, n. 59, abril 2003, pp.91-102. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a07v23n59.pdf>

Acesso em 10 de março de 2021.

- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de

Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, 2004, p. 67-92. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jdFKcM8qzkYTRR3g6t6fXLJ/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 10 de dezembro de 2021.

- PORTER, R. História do Corpo. In BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. pp. 291-326.

- PRANCHERE, Nathalie Sage. *L'École des sages-femmes. Naissance d'un corps professionnel, 1786-1917*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/pufr/13172> Acesso em 15 de julho de 2021.

- QUIROZ-PÉREZ, Lissell. De la comadrona a la obstetrix. Nacimiento y apogeo de la profesión de partera titulada en el Perú (siglo XIX). *Dynamis. Acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam*, España, v.32, n.2, 2012, pp.415-437. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/pdf/dyn/v32n2/07.pdf>

Acesso em 25 de setembro de 2021

- RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n.15, 2000, pp.199-225. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635577/3362>

Acesso em 10 de março de 2021.

- _____. Higiene, feminismo, moral sexual. *Gênero*, Niterói, v.6, n.1, 2º sem. 2005, pp.105-116. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31011/18100>

Acesso em 8 de julho de 2021.

- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

- ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

- _____. Histórias e tensões em torno da medicalização da reprodução. *Gênero*, Niterói, v.6, n.1, 1º sem. 2006, pp.213-224. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31017/18106>

Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

- ROSEN, George. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo, Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação

em Saúde Coletiva, 1994.

- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991. v. 2.

- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001

- SCOTT, Joan. “História das mulheres.” In BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. pp.63-96.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Cadernos de História*, Recife, v.11, n.11, 2016. pp.11-27.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>

Acesso em 10 de março de 2021.

- SHORTER, Edward. *A History of Women's Bodies*. U.S.A: Basic Books, 1982.

- SILVEIRA, A. J. T. Saber médico e ciências sociais no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, jul.-ago. 2001, pp.469-471. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a11v08n2.pdf>

Acesso em 10 de março de 2021.

- SIMÉONE, Chritine. *Dans Gallica, découvrez toute l'histoire des sages-femmes, qui est aussi celle des femmes*. Disponível em:

<https://www.franceinter.fr/societe/dans-gallica-decouvrez-toute-l-histoire-des-sages-femmes-qui-est-aussi-celle-des-femmes> Acesso em 15 de agosto de 2021.

- SOUSA, Susan Miranda de, Priscila; de Fátima Guimarães, Maria. *As parteiras e os médicos: a inserção do gênero masculino numa realidade feminina (século XIX e início do século XX)*. 246f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7654/1/arquivo7014_1.pdf

Acesso em 10 de março de 2021.

- SOUZA, Cássia Regina da S. Rodrigues de. Entre Livros, Livrinhos e Leitores: a trajetória editorial e comercial da Guia Médica das Mães de Família. *Cantareira*, Niterói, n.30, jan.-jun. 2019, pp.95-108. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30796/17901>

Acesso em 8 de julho de 2021.

- SOUZA, Maria Lúcia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes. Mme Durocher e sua época*. 313 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- TRINDADE, Ana Paula Pires; TRINDADE, Diamantino Fernandes. Desafios das primeiras médicas brasileiras. *História da Ciência e Ensino. Construindo Interfaces*, São Paulo, v.4, 2011, pp. 24-37. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/6435/5767>
Acesso em 8 de julho de 2021.
- VENANCIO, Giselle Martins. Ler ciência no Brasil do século XIX: a Revista Popular, 1859-1862. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, pp.1153-1162. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20s1/0104-5970-hcsm-20-s-1153.pdf>
Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- VERGARA, Moema de Rezende. As imagens femininas n'O Vulgarizador: público de ciência e mulheres no século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, jun. 2008, pp.191-208.
- VERGARA, Moema de Rezende.Contexto e conceitos: história da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. *Interciencia*, v. 33, n. 5, mayo 2008, pp.324-330.
- VIEIRA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.179-197.
- WITTER. Nikelen Acosta. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre a saúde, doença e cura. *Tempo*, Niterói, v.10, n.19, 2005, pp.13-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a02.pdf>
Acesso em 10 de março de 2021.